

Zifa vai ao Tribunal Constitucional

Pág. 5



PATRICK J. KENNEDY em entrevista exclusiva ao A Semana

“Estou comprometido com Cabo Verde para a vida inteira”

Págs. 2-3

SOCIAL

Pág. 13

Contentor com material bélico suficiente para “um assalto”

CORREIO DAS ILHAS

Centrais

Municípios com “rombo” de 830 mil contos

CIFRÃO

Fábrica de cozinhas “made in CV”



APRESENTAÇÃO ELECTRÓNICA DE FACTURAS / PAGAMENTO DE SERVIÇOS

Com a GARANTIA, já pode consultar e liquidar as suas facturas nas caixas ATM, a qualquer hora, em qualquer ponto da Rede Vindiç.



Contacte-nos!

Como os inúmeros políticos que desabrocharam da família Kennedy, o sobrinho de JFK e filho do senador Edward Kennedy encara os factos da vida – políticos ou pessoais – com realismo e pragmatismo. É essa forma peculiar e humanista de olhar o mundo que levou, talvez, Patrick J. Kennedy a revelar, em entrevista exclusiva ao A Semana”, como está a ultrapassar a sua dependência do álcool. E a agradecer à “única funcionária cabo-verdiana no Congresso”, Jacqueline da Costa, que foi sua conselheira durante oito anos, pelo sorriso e apoio incondicional que lhe deu nos momentos altos e baixos da vida. O congressista norte-americano, eleito pelo estado de Rhode Island, onde vivem cerca de cem mil cabo-verdianos, esteve quatro dias em Cabo Verde e sai do arquipélago “comprometido para a vida inteira”. Na bagagem leva uma mão-cheia de ideias que pretende concretizar para apoiar o desenvolvimento de Cabo Verde, desde uma emenda ao contrato com o MCA, à assistência aos deportados e bolsas de estudo para jovens crioulos.

Por: RITA VAZ DA SILVA

PATRICK J. KENNEDY, congressista dos EUA



“Estou comprometido com Cabo Verde para a

- Contactou, nestes dias de visita oficial a Cabo Verde, diversas personalidades cabo-verdianas, desde o Presidente Pedro Pires ao primeiro-ministro. Que preocupações lhe manifestaram, relativamente ao desenvolvimento de Cabo Verde?

- A primeira preocupação prende-se com a finalização do Millennium Challenge Account. Cabo Verde foi dos primeiros países a assinar o contrato e os problemas que, entretanto, surgiram - como a enorme desvalorização do dólar - não foram antecipados. Isso alterou as estimativas dos custos dos projectos, o que, no final de contas, significa que os projectos do MCA em Cabo Verde têm falta de fundos.

Se o pacote de projectos do MCA tivesse sido negociado um ano depois, com todo o conhecimento que o MCA adquiriu, os contratos seriam feitos mais rapidamente e Cabo Verde não teria que enfrentar o problema de ter que fazer as obras em contra-relógio, e eventualmente sob o risco de tudo vir a ser cancelado, devido aos prazos estabelecidos, e no extremo.

OMCA foi aprendendo durante o processo como fazer o seu trabalho, mas foi aprendendo no seu próprio tempo, e à custa de Cabo Verde. Como o relógio não pára, estamos rapidamente a aproximar-nos dos cinco anos estabelecidos como prazo para a concretização dos projectos (2010).

“ Eu, definitivamente, estou comprometido com Cabo Verde para o resto da minha vida, e vou fazer tudo o que puder para ajudar o país. Em primeiro lugar, porque quero ter a desculpa de vir para cá durante a minha vida.

Esta é uma questão muito importante porque se analisarmos o que se passa com o Porto da Praia vemos que há uma diferença de cerca de 50 a 70 milhões de dólares nos custos. Isso deve-se à estimativa dos custos, elaborada antes da desvalorização do dólar, à aceleração das obras e aumento dos custos, já que se está a acelerar todo o processo de forma a se conseguir cumprir os prazos e executar o que está estabelecido no contrato com o MCA. É uma situação muito delicada para ambas as partes.

- O que é ainda possível fazer para ganhar algum tempo?

- Vou escrever pedindo uma alteração dos

regulamentos do MCA, e criar uma emenda que vá ao encontro das necessidades de Cabo Verde. Vou trabalhar em parceria com os meus colegas do Congresso norte-americano nesta questão, e vou encorajar os colegas congressistas da minha região para que venham cá nos próximos meses. Tentei que mais colegas se juntassem a mim nesta viagem, mas isso não foi possível.

Entretanto, convidei o Presidente e o primeiro-ministro cabo-verdianos a visitarem os EUA, porque julgo que é importante ter líderes de tão alto gabarito como eles a se encontrarem com os nossos líderes e a procurarem resolver os problemas de Cabo Verde.

A questão que surgiu com o MCA não é, contudo, um problema que se deva à má gestão de Cabo Verde, mas antes, como já expliquei, à inexperiência do MCA e a problemas não previstos, como a desvalorização da moeda. Temos mesmo que fazer uma emenda ao contrato para permitir que Cabo Verde tenha mais tempo e para que resolva a questão do dinheiro adicional que será necessário. O Governo norte-americano está, obviamente, relutante em mexer no valor total de dólares que o MCA pode movimentar. Por isso, o que temos que fazer é mudar os parâmetros do MCA para que, dentro da fatia de dólares atribuídos, Cabo

Verde consiga fazer uma melhor gestão do dinheiro que já lhe foi concedido. Nos anos que se seguem serão precisos mais dólares ou outro MCA, e não deve cair sobre Cabo Verde a responsabilidade pelas novas necessidades que possam surgir. Temos que mostrar que é o MCA que necessita de mais dólares e não apenas Cabo Verde, e é nesse sentido que criaremos um regulamento mais abrangente, que inclua todas as contas. Assim conseguiremos também que todos os países beneficiários do MCA possam ter mais poder na negociação dos contratos e uma palavra a dizer relativamente aos fundos que estão disponíveis.

- Visitou algumas das obras em construção no âmbito do MCA, das estradas ao Porto da Praia? O que pensa do que viu?

- Obviamente, vi trabalho feito. Fui até ao Tarrafal, estive em toda a ilha de Santiago e vi que muito mais precisa ser feito.

- Faz sentido um segundo MCA ou uma ajuda suplementar de outro tipo?

- Sim. O que precisamos fazer é iniciar as primeiras obras infra-estruturais. A economia está a crescer muito rapidamente, mas apenas poderá continuar a suportar esse crescimento se se construir uma série de infra-estruturas vitais. Isso, julgo, era o que o MCA original pretendia cobrir. Depois do Porto e das estradas, será indispensável consolidar fontes

PUB

“Queen Jackie” e a batalha contra o alcoolismo

- Esteve no Plateau a plantar uma árvore em homenagem a uma pessoa que trabalhou consigo muitos anos, e que era conhecida como Queen Jackie (Jacqueline da Costa, já falecida). Quer-me contar como foi para si esse momento?

- Jackie era mais do que uma colega de trabalho, era parte da família. No meu gabinete, temos sempre gente a rodar, uns saem, outros ficam, e é difícil algum funcionário ficar muito tempo. A Jackie trabalhou comigo durante oito anos. Eu era o único membro do congresso a ter um funcionário cabo-verdiano e, por isso, todos os cabo-verdianos nos EUA contactavam o meu gabinete quando precisavam de algum apoio ou de alguém que os ajudasse. Jackie era recomendada por amigos e familiares em todo o país. Ela era a minha ligação, de muitas maneiras, com a comunidade cabo-verdiana.

- E como caracteriza essa comunidade? Quais as suas expectativas, os seus problemas?

- A Jackie era muito calorosa, conseguia sempre animar as pessoas e tinha um grande coração. Eu já passei por tantos altos e baixos, pessoalmente, na minha vida, que não importava o que me acontecesse, politicamente ou pessoalmente, ela estava sempre lá para mim, sempre com um sorriso. Mesmo na política, ela era uma apoiante incondicional e quando era a altura de conquistar votos, a Jackie revelava uma enorme capacidade para fazer política. Tinha o dom de encontrar as pessoas certas, e fazê-las envolverem-se no processo político. Fazia-as entender que esse envolvimento era essencial para garantirem a sua representação nos EUA. Eu estou, sem sombra de dúvidas, em Cabo Verde como agradecimento à comunidade cabo-verdiana. Vou trabalhar na questão do MCA, dos deportados, do controlo do tráfico de droga junto da nossa Agência que trabalha nessa área, porque a comunidade cabo-verdiana em Rhode Island é muito importante para mim.

- Porquê?

- Porque me têm apoiado imenso. A política é muito básica: danças com aqueles que dançam contigo. E foram eles que me chamaram para esta dança, passe a expressão. Não estaria onde estou, se não fosse pela comunidade cabo-verdiana. Tratam-me como se eu fosse um dos seus. Faço campanha política há muito tempo, e sei onde – como se vê nestas eleições – posso encontrar apoio. Há uma grande discussão nos EUA sobre o facto de Hillary [Clinton] conquistar mais votos entre os hispânicos e de Barack [Obama] ter o apoio de cerca de 85 por cento dos afro-americanos. Analisa-se quem consegue o voto dos jovens e dos velhos, dos brancos e por aí fora... Eu consigo os votos dos cabo-verdianos (risos)! Como político não ignoro isso e sei que tenho a responsabilidade de servir os cabo-verdianos, porque eles também estão lá por mim. Não vou virar as costas às pessoas que não me vão virar as costas.

Eu já passei por momentos difíceis. Contei mesmo ao Presidente Pedro Pires e ao primeiro-ministro, José Maria Neves, que sou um alcoólico em recuperação. Tive que me tratar por causa disso, e notei que há um grande estigma em relação à doença da dependência do álcool. Mas mesmo quando a imprensa nos EUA especulava se eu devia continuar na vida pública, ou se seria um político eficiente por causa do meu problema com o álcool, a minha relação com a comunidade cabo-verdiana não foi afectada. Apoiaram-me imenso e deram-me uma segunda oportunidade.

Há um ano e nove meses que não bebo. Esta doença afectou, também, a minha mãe durante 40 anos e acabou por a matar. O alcoolismo está relacionado com os genes mas é também consequência do meio em que vivemos, de culturas que nos induzem a beber. Sei que em Cabo Verde o alcoolismo é também um problema e quero aproveitar para passar esta mensagem: Há alcoólicos anónimos em Cabo Verde. As pessoas não têm que beber. No início, principalmente se se bebe muito, parar com a bebida é algo muito difícil de imaginar. Mas a vida para mim é muito melhor agora: acordo sem ressaca, sinto-me melhor com a minha saúde e consigo controlar as minhas emoções. Sentimos muito melhor a nossa relação com a vida quando não estamos intoxicados com alguma coisa. Infelizmente, somos vistos como fracos se formos alcoólicos, mas eu acho que ficamos fortes de cada vez que conseguimos evitar beber. É um sinal de verdadeira força de vontade.

Não devemos beber também para mostrar que somos mais homens. O alcoolismo está relacionado com a violência doméstica, mas não me parece que seja muito “macho” abusar das mulheres, seja de que forma for. No entanto, o alcoolismo leva a que muitas vezes isso aconteça.

- O alcoolismo e a violência doméstica são dois problemas que têm conduzido a que alguns cabo-verdianos sejam deportados. Disse que ia tentar apoiar os deportados, como?

- É uma questão cultural, de facto. Quero trabalhar num projecto que contemple a educação vocacional, e que forneça algum dinheiro, apoiando realmente os deportados na integração nos seus países de origem. Esta é uma questão muito difícil. É uma batata quente que os EUA têm na mão.



J. Kennedy plantando uma árvore em homenagem a Queen Jackie

da polícia de emigração norte-americana. Porque é que isso acontece?

- Precisamos garantir, antes de mais, a cidadania para os cabo-verdianos nos EUA. Garantir que estejam legalizados.

Um outro problema é a desvalorização dos imigrantes nos Estados Unidos. Por isso, estou convencido de que o futuro pertence ao Partido Democrata, já que os republicanos menosprezam os imigrantes. A maioria dos imigrantes ilegais no estado de Rhode Island é de origem irlandesa. Chegam com vistos temporários, trabalham na indústria, e acabam por prolongar os seus vistos, mas não têm receio das autoridades porque há muitos outros irlandeses na mesma situação. Para além disso, ninguém verifica os seus vistos porque são brancos. Mas quando os republicanos pensam em imigração ilegal pensam nos hispânicos, ou noutros grupos de imigrantes, desde que venham de qualquer país estrangeiro e tenham uma cor de pele mais escura. Os portugueses e os cabo-verdianos sabem o que é isso. Esta tornou-se uma questão central de rivalidade e intolerância racial nos EUA. Não se fala de construir um muro na fronteira com o Canadá, mas sim na fronteira com o México.

... Barack Obama vai fazer bastante para mudar os EUA e a percepção que o mundo tem do meu país. Precisamos realmente de uma mudança radical na forma como os EUA são vistos por todo o mundo e julgo que ele será um exemplo para George W. Bush...

- Pensa que essa visão pode mudar com Barack Obama?

- Espero que sim. Temos muito trabalho a fazer, mas penso que Barack Obama vai fazer bastante para mudar os EUA e a percepção que o mundo tem do meu país. Precisamos realmente de uma mudança radical na forma como os EUA são vistos por todo o mundo e julgo que ele será um exemplo para George W. Bush, que está completamente alienado do resto do mundo. Barack Obama vai alterar a abordagem e isso será muito bom para a América, que é reconhecida pelo “sonho americano”, como uma nação de imigrantes, onde tudo é possível. É uma enorme oportunidade para nós desfrutar da “cura” que Obama nos vai dar.

- Um dos nossos leitores escreveu no Fórum do “asemanaonline”, na notícia sobre a homenagem à Queen Jackie, que o Patrick Kennedy é uma das personalidades que Cabo Verde precisa ter como amigo, propõe mesmo que seja considerado um dos padrinhos do arquípélago. O que é que pensa disso?

- Aaaahhhh! Eu, definitivamente, estou comprometido com Cabo Verde para o resto da minha vida e vou fazer tudo o que puder para ajudar o país. Em primeiro lugar, porque quero ter a desculpa de vir para cá durante a minha vida. É desejo que as relações carinhosas que já criámos se mantenham. Uma das melhores partes do meu trabalho para o Governo é que posso viajar muito, conhecer os lugares e perceber quais são os sítios a que quero voltar no meu tempo privado. E Cabo Verde é um desses locais, porque é muito especial e peculiar. Espero que, com o desenvolvimento que vai acontecer em Cabo Verde, tenham o cuidado de não se tornarem iguais a tantas outras ilhas-resort, e que consigam preservar a vossa qualidade e autenticidade. Podem ser, daqui a 50 anos, muito melhores que as Canárias, as Ilhas Virgens (EUA), Porto Rico. Mas se começarem a substituir o que é Cabo Verde pelos Sheratons, Sheridan, Hilton, tudo o que é ocidental... Bem, é certo que devem aceitar esses investimentos, mas podem adaptá-los ao estilo cabo-verdiano e assim desenvolverem-se melhor no longo prazo. Espero que os cabo-verdianos tenham isto em mente.

Fotos: Enéas Rodrigues

vida inteira”

independentes de energia. E, depois disso, deve-se continuar com projectos como o sistema de rega gota-a-gota, que o Ministério da Agricultura está a fazer muito bem, e que temos apoiado ao longo dos anos, e que eu vou continuar a apoiar.

Mas, acima de tudo, temos que trabalhar no sentido de abrir o caminho para que vocês possam seguir em frente sozinhos. A taxa de crescimento de Cabo Verde é tão elevada que o país será capaz de providenciar os seus próprios serviços e os investimentos necessários para a sua economia. A seguir ao arranque, com as principais obras feitas, o Porto desenvolvido, as ruas da capital pavimentadas, as ruas da maioria das ilhas também, com as infra-estruturas básicas, os problemas de água e energia resolvidos, o resto vai cair-vos no colo.

- É verdade que vai tentar que algumas universidades do seu estado ofereçam bolsas a estudantes cabo-verdianos?

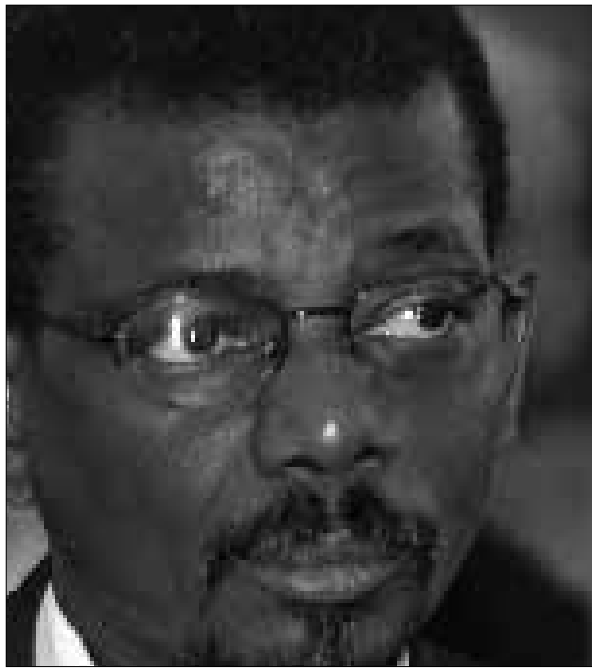
- Sim. A Brown, que é uma das escolas onde é mais difícil entrar nos EUA porque suscita uma grande competição, tem programas de bolsas para as nações africanas. Vou trabalhar com o embaixador para conseguir uma lista de candidatas a essas bolsas e vou procurar que esses jovens estejam no topo da lista final de selecção.

Gostava que se candidatassem para Medicina. Já que vão conseguir uma “entrada grátis” seria bom que entrassem no programa curricular mais extenso, que é o programa da Escola de Medicina. É importante formar médicos que poderão voltar aqui e proporcionar a assistência médica vital para o país, ajudando a melhorar a saúde e o bem-estar dos cabo-verdianos.

- Muitos jovens cabo-verdianos que residem nos EUA queixam-se da opressão

A Comissão Paritária formada pelo PAICV e o MpD para os necessários consensos nacionais pode iniciar a qualquer momento as negociações relativas à instalação do Tribunal Constitucional, renovação do Supremo Tribunal da Justiça e escolha do provedor de Justiça. À semelhança do que aconteceu com a revisão do Código Eleitoral, o dossier não se mostra todavia fácil, à partida. Mas uma coisa é certa: em Abril termina o mandato do STJ e o tempo para se proceder às adaptações que o surgimento do TC impõem já se mostra apertado.

JOSÉ VICENTE LOPES



Rui Semedo



Ulisses Correia e Silva

Partidos agendam Tribunal Constitucional

A Comissão Paritária, formada a nível do parlamento pelas bancadas do PAICV e do MpD, deve reunir-se dentro em breve para tratar do “dossier” justiça, algo que passa pela instalação do Tribunal Constitucional, indicação do primeiro provedor de Justiça e ainda a renovação do Supremo Tribunal de Justiça. Mais pacífica, ao que tudo indica, é a escolha dos três representantes da Assembleia Nacional no Conselho Superior da Magistratura Judicial, cujo mandato termina em Março. A sessão de Fevereiro agendou já a eleição dos referidos elementos, sendo necessária uma maioria de dois terços.

Todos os demais itens, designadamente o Tribunal Constitucional, o provedor de Justiça e sobretudo o STJ, são tidos como mais delicados, tendo em vista o papel que representam no sistema judicial. A isso somam-se os nomes das individualidades a escolher para cada uma desses órgãos, o que impõe aturadas negociações entre as duas maiores forças políticas. A experiência vivida aquando da escolha dos integrantes da Comissão Nacional de Eleições é um exemplo a não perder de vista.

Ademais, a resolução de alguns dos problemas que se suscitam à instalação do TC e renovação do STJ exige uma revisão prévia da Constituição da República. Uma das ideias sobre a mesa, por exemplo, é a possibilidade de a ascensão ao STJ passar a ser por via da carreira e não por indicação política, em que, até esta, intervêm o parlamento e o presidente da República. Com isso, o pendão político ocorrerá apenas em relação ao TC, criado com a revisão da CR de 1999 mas até hoje não implementado.

Para já, é entendimento entre os magistrados que não faz sentido que continue a haver uma discrepância nos critérios que determinam os integrantes do STJ, ou seja, juízes que chegam a esse órgão por carreira e outros por

designação política. O “consenso” entre os integrantes daquela classe, segundo uma fonte, é que haja uma “harmonização de critérios” no processo, podendo o chefe de Estado nomear apenas o presidente do STJ, à semelhança do que ocorre noutras paragens.

Partindo do princípio de que algumas dessas mudanças exigem uma revisão prévia da CR, este é um assunto muito mais complexo para as duas forças políticas que têm a faca e o queijo na mão. Por conseguinte, a haver essa revisão da Lei maior, ela deve ser muito mais abrangente, ir além de retoques pontuais ao sistema judicial. E é aqui que surgem as primeiras dificuldades, tendo em conta as eleições de Maio.

“O aproximar das eleições autárquicas, com a inevitável crispação dos actores políticos, não proporciona qualquer ambiente para uma discussão serena dessas questões”, alerta um magistrado abordado por este jornal, para quem muito dificilmente esse dossier será resolvido antes de Maio.

Mas esta não é apenas uma preocupação dos magistrados. No entender de certos segmentos políticos, e não só, a experiência destes anos mostra que não é habitual o ambiente eleitoral em Cabo Verde rimar com clima negocial, sobretudo em questões delicadas que metam pelo meio a revisão da CR. “Os partidos políticos, mesmo não querendo, em períodos como este, acabam por centrar a sua atenção na disputa eleitoral, ficando o parlamento apenas com questões rotineiras e algum debate político, também este a pensar sempre nas eleições”, observa uma fonte.

A nível da Comissão Paritária, porém, quer Rui Semedo (PAICV) quer Ulisses Silva (MpD) dizem-se dispostos a discutir qualquer assunto, desde que esse desejo seja expresso por uma das partes. “Para todos os efeitos a CP não está desactivada”, esclarece

o líder da bancada tamarina, para quem a questão do Tribunal Constitucional, e com ela os restantes órgãos judiciais, “pode ser abordada a qualquer momento”. (E a prova de que a CP não está desactivada é que há duas semanas, o governo e os dois maiores partidos estiveram reunidos para acertar os aspectos relativos à auditoria a fazer ao recenseamento eleitoral, conforme estipulado pelo novo Código Eleitoral.)

Ulisses Correia e Silva, por seu turno, diz também que, com algum esforço de ambas as partes, esse dossier “poderá, sim, ser resolvido” a qualquer momento entre o MpD e o PAICV. “O governo já disse que tem dotação orçamental para o Tribunal Constitucional, e vendo bem, basta encontrar os nomes, e com isso acreditamos que dentro de dois ou três meses esse tribunal poderá estar a funcionar”. No fundo, deixa entender o líder da bancada ventoinha que “se houver vontade política”, a questão “se resolverá” a breve trecho.

No entanto, apesar dessa aparente abertura, nem o PAICV nem o MpD tiveram ainda qualquer iniciativa neste campo, quando se sabe que o mandato do STJ termina em Abril, sendo que a ideia aqui é avançar com a recomposição desse órgão em novos moldes, de forma a que o Tribunal Constitucional possa ser instalado e entrar em funções.

Diante do apertar do tempo, Ulisses Correia e Silva defende que os juízes do STJ podem manter-se em funções até serem substituídos, até porque falta também rever o estatuto dos magistrados, em especial o figurino de acesso àquele tribunal superior. “Em relação ao TC, o importante neste momento é definir o perfil dos juízes e depois discutir os nomes. Do nosso ponto de vista, temos ainda Março para analisar esse assunto, ao mesmo tempo que podemos tratar da indicação do provedor de Justiça”.

Quanto à eventualidade de uma revisão

constitucional, o líder parlamentar do MpD duvida que isso possa acontecer antes de Maio. “O assunto é muito mais complexo, por isso nunca antes de Maio essa revisão poderá acontecer”, deixa saber.

Rui Semedo que salienta não existir por ora nenhum compromisso a nível da Comissão Paritária sobre estas questões, deixa, no entanto, claro que isso pode acontecer a qualquer momento. “Por se tratar de assuntos que exigem uma maioria de dois terços, quer o PAICV quer o MpD podem ter iniciativa neste tipo de matéria. Estamos de acordo que temos de instalar o Tribunal Constitucional, nomear o provedor de Justiça, mais, o governo já informou que há uma dotação orçamental para o TC. Portanto, apenas precisamos nos entender em relação aos nomes”.

Semedo admite, inclusive, que a instalação do TC é bem mais fácil do que rever o estatuto dos magistrados e, a partir disso, escolher os novos integrantes do STJ. Porque aqui, lembra, é preciso rever a CR: “Para a revisão da CR, o processo negocial é muito mais complicado”. E sendo assim, admite também, “a revisão constitucional poderá ficar para mais tarde”, isto é, para depois de Maio.

Em última instância dá a entender aquele deputado tamarina, poder-se-á chegar a um “compromisso”, criando um “STJ transitório”, isto é, agendar-se-ia a instalação do TC, ficando a resolução definitiva do problema do STJ para depois, quando a revisão constitucional for politicamente possível.

Resumindo e concluindo, nisto tudo, reconhece também Rui Semedo, “há um factor tempo importante”, e este salta à vista que é cada dia mais curto, sobretudo se se pretender, como parece ser o desejo do MpD, que o Tribunal Constitucional esteja em funções para dirimir os eventuais conflitos decorrentes das próximas eleições autárquicas.

STJ x Tribunal Constitucional

A Constituição da República, no seu artigo 241, estabelece que o Supremo Tribunal de Justiça “é o órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais, administrativos, fiscais, aduaneiros e do Tribunal Militar de Instância”. Quanto ao Tribunal Constitucional é o órgão a que “compete, especificamente, administrar a Justiça em matéria de natureza jurídico-constitucional” (art. 219).

Ao contrário do mandato dos juízes do STJ que se pretende venha a ser vitalício, a CR estipula que os membros do TC terão apenas um mandato de nove anos, não renovável. A CR estipula também

que enquanto não for instalado o TC, cabe ao STJ exercer as funções de tribunal constitucional. Com a instalação do TC, este passará a ocupar-se, como o seu nome sugere, de todos os conflitos que metam a CR pelo meio, com ênfase para as questões políticas, dentre elas o contencioso eleitoral, ficando o STJ com as questões, digamos, de natureza judicial, fiscal, aduaneira e administrativa.

A instalação do TC, e com ela a alteração de vários mecanismos do sistema judicial cabo-verdiano, é um dossier que se arrasta desde a última revisão constitucional (1999), com vários avanços e recuos

pelo meio, desde então. Tratando-se de matéria que exige uma maioria de dois terços a nível parlamentar, este é um dos dossiers que o PAICV e o MpD têm por negociar a nível da Comissão Paritária, conforme o acordado pelos respectivos líderes desde o ano passado.

Ao impasse Tribunal Constitucional junta-se o problema da renovação do STJ, bem como a escolha daquele que há-de ser o primeiro provedor de Justiça, uma figura criada também na revisão constitucional de 1999 e que até hoje, para variar, não passou disso.

Advogado de Zifa recorre ao Tribunal Constitucional

A defesa de Zeferino Gomes (Zifa), a cargo do advogado Manuel Barbosa, decidiu recorrer ao Tribunal Constitucional, depois do STJ ter confirmado a sentença da Primeira Instância que condenou Zifa a 19 anos de prisão efectiva pela morte de Hermínio Almeida, ocorrida em 2004, na Cidade da Praia. A defesa de Zifa recorre agora ao TC, por considerar que a norma do Código Penal – o artigo 393, nº 2, alínea c – aplicada para julgar o seu constituinte é inconstitucional.

O Supremo Tribunal de Justiça confirmou, em Outubro passado, a sentença do Tribunal da Praia que condenou Zifa a 19 anos de prisão pela morte de Hermínio Almeida à frente do bar XL, no Palmarejo, em 2004. Zifa, que se encontra preso na Cadeia de Ribeirinha, em S. Vicente, para onde foi transferido na sequência dos tumultos de Dezembro de 2006, ao que parece, não se conforma com a sentença do STJ.

É assim que o seu advogado, Manuel Barbosa, que já havia recorrido da sentença da primeira instância junto do STJ, que a confirmou, decidiu agora recorrer ao Tribunal Constitucional, por considerar que a norma que levou à condenação de Zifa é inconstitucional.

Aquele causídico alega, no seu recurso a que **A Semana** teve acesso, que há direitos do seu cliente que não foram devidamente salvaguardados nem pela primeira instância nem pelo STJ. Um deles é os dois tribunais terem aplicado uma norma do Código do

Processo Penal, o artigo 393, nº 2, alínea c, que, segundo aquele jurista, é inconstitucional. Essa norma regula, precisamente, em que condições é permitida a leitura de declarações por testemunhas.

Ao abrigo do referido preceito, alega Manuel Barbosa, o tribunal de primeira instância acabou por condenar Zifa com base no testemunho por escrito de uma cidadã, Maria Inês, sem que esta pudesse ser confrontada com outras questões da defesa do réu, uma vez que se encontrava ausente do país, na Itália.

“A testemunha não se encontrava presente para que o recorrente pudesse interrogá-la, questioná-la sobre o conteúdo essencial do seu depoimento”, escreve MB, para quem com isso violou-se, por um lado, o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, em vigor em Cabo Verde desde 1976, reforçado com a CR, segundo o qual durante um processo toda a pessoa acusada de um

delito tem – ele, ou o seu defensor – o direito de “interrogar ou fazer interrogar as testemunhas de acusação”.

E, mais, acrescenta Barbosa: “O princípio do contraditório é fundamental no processo penal”, para além de a liberdade ser “um direito fundamental do homem cabo-verdiano e este direito perderia qualquer sentido prático se a Constituição não providenciasse meios colocados à disposição desse homem para se defender em juízo das acusações de que é objecto”.

MB alega ainda que, até à data do seu recurso, o seu cliente Zifa não fora ainda notificado pelo STJ da sentença deste tribunal que confirma a condenação a 19 anos de prisão, adoptada desde Outubro passado, e que não existe “uma única razão válida” para que essa notificação não tenha ainda acontecido.

Em suma, com este recurso ao TC, o dossier de Zifa volta à ribalta, depois de toda a tinta que esse jovem repatriado dos EUA

já fez correr. Ele, Giboli e Baygon foram acusados e julgados, em Julho de 2006, por uma série de crimes que em final de 2004 e princípios de 2005 abalaram a cidade da Praia. Dos três, Baygon foi o único a ser absolvido, apesar de ter confirmado que atirou contra uma das vítimas (Tchitcho), tendo a sentença aplicada aos três sido depois confirmada pelo STJ, em Outubro do ano passado.

Antes do STJ se pronunciar, Zifa, Giboli e mais um outro detido voltaram a ser manchete quando, em Dezembro de 2006, foram referidos como os líderes dos tumultos ocorridos na Cadeia de São Martinho. Na sequência disso, Zifa foi transferido para a Ribeirinha, onde se encontra actualmente. O seu companheiro Giboli voltou, entretanto, a ser notícia em Dezembro passado, quando o seu nome surgiu como o de provável assassino de Carlos Moreira, Caló, ocorrido dentro de São Martinho.

BARBÁRIES



JOSÉ MARIA VARELA

Neste início de ano, em alguns pontos do país, temos assistido a comportamentos reveladores de total desprezo pela vida humana. Atitudes bárbaras, em que o homem (aquele ser dito superior), recorre à violência gratuita para matar o seu semelhante como se este fosse um desprezível cão de rua. Ainda esta semana, na Praia, um homem crivou de balas a sua ex-companheira e de seguida tenta o suicídio. Antes, em Assomada, aconteceu algo muito semelhante e que resultou na morte de um jovem casal de namorados. Há pouco tempo, no Tarrafal, num acesso de ciúme e ódio, um homem vingou-se da sua companheira, matando a irmã dela, uma criança com cerca de 10 anos.

Se recuarmos um pouco, registamos alguns “incidentes” protagonizados por jovens estudantes que trocaram os livros e as canetas por pistolas e navalhas. Como consequências mais graves, na Praia, há o registo de uma vítima mortal e outra com sequelas talvez para o resto da vida. Há pouco mais de dois meses, num episódio típico de “queima de arquivo”, um preso é baleado no interior da cadeia de São Martinho. A morte deste jovem (detido quando tinha na sua posse uma quantidade apreciável de droga) revela a violência associada ao narcotráfico, para além de outras desgraças já conhecidas.

Pode-se traçar uma ligação entre a quantidade de armas em circulação e a opção por uma forma selvagem de resolver os problemas. Fica-se com a impressão de que é fácil adquirir uma arma, como se fosse um

par de ténis, não contando para nada o perfil psicológico do seu portador. Sou de opinião de que a nossa sociedade é tanto mais segura quanto menos armamento estiver por aí disseminado, de forma indiscriminada.

Só que as notícias mais recentes sobre esta matéria, revelam que anda a circular pelo país uma boa quantidade de pistolas, boca-bedju, armas brancas e armamento diverso. Em cada rusga policial, o número de armas (ilegais) apreendido é significativo. Esta semana, a bomba veio de Santo Antão: um cidadão estrangeiro surpreendido com um autêntico arsenal de espingardas automáticas, munições e explosivos. Antes, na Brava, o conteúdo de um “bidon di Merca” causa perplexidade: balas! Aliás, armas e munições são encontradas com alguma frequência nos bidons que chegam à Alfândega da Praia.

O cenário clama por uma mudança urgente, para travar a violência e o desrespeito pela vida, enquanto é tempo. Isso passa por retirar de circulação todas as armas que estão com quem não deveriam estar; impedir a sua entrada, e sensibilizar a população, tanto para o perigo resultante da posse de armas como da sua inutilidade como garante da sua segurança. Uma cultura de tolerância e uma sensação de segurança, garantida pelas autoridades, é a que se precisa.

Os exemplos, aqui citados, quase que se resumem à violência doméstica. Mas não é por isso que deixam de provocar espanto e repúdio, numa sociedade que tem na tolerância um dos seus valores mais elevados, fun-

cionando a paz social como uma bênção e um recurso estratégico para este arquipélago. Com frequência, em outros países, assiste-se a um mar de intolerância e barbaridade como expediente para resolver questões étnicas ou políticas, como demonstraram casos recentes. No Paquistão, um bárbaro atentado tirou a vida à líder da oposição, Benazir Bhutto, impedindo-a de assistir à vitória do seu partido nas eleições realizadas nesta semana. Em Timor-leste, um duplo atentado quase que deixa esse jovem país sem presidente e seu primeiro-ministro, situação propícia à reedição das barbáries recentes e por isso ainda bem presentes na memória desse martirizado povo.

Num outro palco (Europa), a declaração unilateral da independência do Kosovo, neste fim-de-semana, é um motivo de regozijo para uns e de apreensão para outros. Trata-se de uma zona sensível e a História regista que foi nessa mesma Sérvia que foi assassinado o herdeiro do trono dos Habsburgo, Francisco Ferdinando, sendo esse regicídio o pretexto para o início da I Guerra Mundial. Há bem pouco tempo (1999), o Kosovo passou por um severo bombardeamento das tropas da Nato. Esta semana já se registaram alguns incidentes protagonizados pela minoria Sérvia deste novo país. Agora, o dever de todos, e em particular daqueles que patrocinaram a independência é zelar para que, desta vez, a História não se repita, nessa zona da ex-Jugoslávia que tem revelado tão explosiva, ao longo dos tempos.

“
Fica-se com a impressão de que é fácil adquirir uma arma, como se fosse um par de ténis, não contando para nada o perfil psicológico do seu portador. Sou de opinião de que a nossa sociedade é tanto mais segura quanto menos armamento estiver por aí disseminado, de forma indiscriminada.”

S. VICENTE – PASSADO, PRESENTE E FUTURO



ANTÓNIO NEVES

Sexta-feira, 22 de Fevereiro de 2008

asemana

Opinião

“
Acredito que no dia em que a previsão de construção do porto de águas profundas/entreposto em S.Vicente se concretizar, o Porto Grande transformar-se-á, sem dúvida, num importante pólo de desenvolvimento nacional. Porém, não creio que volte a recuperar o apogeu do passado, em que quase se coalhava de “vapores na baía”.
 ”

Durante um longo período que ainda abrangeu cerca de três quartos do século XX, S.Vicente foi, em termos de desenvolvimento socioeconómico, uma das ilhas mais prósperas do arquipélago, graças à excelente localização do Porto Grande (que também contribuiu para o alto nível cultural mindelense), hoje detentora (mesmo sem artefactos) de uma das mais belas Baías do mundo.

Como é do conhecimento dos mais velhos, durante uma fase intermédia, que ocorreu no seguimento da construção dos depósitos de carvão e dos respectivos cais que os ligavam aos batelões, o porto da cidade de Mindelo foi erigido pelos ingleses como ponto estratégico de descarga, armazenagem e fornecimento, por excelência, aos navios que, diariamente, passaram a escalar S.Vicente para o reabastecimento daquele indispensável combustível sólido.

A era do carvão, uma etapa florescente da ilha do Monte-Cara, foi das mais importantes vivida tanto pela ilha como pelo arquipélago, devido ao alto valor das taxas pagas pelos barcos de várias nacionalidades que escalavam o Porto Grande, e que chegavam a ultrapassar as duas centenas por mês. Os navios aproveitavam para receber provisões de água e víveres, enquanto as tripulações faziam os seus negócios, proporcionando um acentuado desenvolvimento da cidade de Mindelo, onde os britânicos instalados na ilha, precisamente para administrar os seus investimentos, tiveram um papel preponderante no aspecto desportivo e cultural.

A expansão de S.Vicente beneficiou não só a sua própria população, que viu crescer, rapidamente, o número de habitantes, como também uma parte substancial das populações de outras ilhas que para aqui imigravam, vindas, maioritariamente, de Santo Antão e São Nicolau para colmatar a falta de mão-de-obra no trabalho carvoeiro e, ao mesmo tempo, espreitar a oportunidade para, de forma legal ou ilegal, apanhar um barco e sair à procura de vida melhor.

Quando, por razões ligadas ao desenvolvimento dos transportes marítimos e redução de custos, os navios movidos a carvão começaram a ceder lugar a barcos movidos a “fuel oil”, proporcionando menor consumo, maior capacidade de reserva e autonomia (precisando utilizar apenas um ou outro porto intermédio de reabastecimento), os ingleses voltaram a criar no Porto Grande as condições indispensáveis, desta feita para o abastecimento de combustíveis líquidos.

Foi assim que se estabeleceu um contrato de concessão, publicado no B.O. Nº.40 de 04.Out.1919, do qual transcrevo o seguinte extracto: “Tendo em vista o parecer favorável do Governador da Província (...) Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, e usando da autorização concedida ao Governo pela lei de 1 de Fevereiro de 1913, conceder à The Lisbon Coal & Oil Fuel Company, Limited, licença para estabelecer uma instalação para depósito e fornecimento de óleos combustíveis no porto de S.Vicente de Cabo Verde...”, empresa que desde 1977 passou a denominar-se Shell Cabo Verde, S.A.R.L.

Concluída a construção dos depósitos na zona da Galé, feita a sua ligação, por intermédio de tubagem, ao cais construído

no centro da cidade de Mindelo (hoje demolido), deu-se início ao reabastecimento desses produtos (através de batelões) aos navios que passaram a demandar o Porto Grande para o efeito. Já nos finais dos anos 60, mediante novo contrato publicado no B.O. Nº.41, de 12.Out.1968, passou-se, também, a fornecer navios acostados aos cais do Porto Grande.

O longo período áureo de S.Vicente, que foi extremamente importante para o desenvolvimento do país, começou a declinar-se no início dos anos 70, devido, essencialmente, a factores exógenos que deram origem à diminuição da procura do Porto Grande para o reabastecimento (nessa altura o abastecimento à aviação no Sal estava em franca expansão). Mesmo assim, no espaço que medeia entre os anos 50 e o início do declínio, a maior Companhia petrolífera estrangeira instalada em S.Vicente (havia uma segunda), fornecia, através de seis batelões tanques movidos por dois rebocadores (mais tarde enviados para outras zonas!), uma média mensal de cerca de 30.000 tons. de combustíveis líquidos, montante que quase duplicava sempre que houvesse algum problema no Canal do Suez e/ou no Canal do Panamá.

Crises verificadas nas trocas comerciais entre os países europeus e sul-americanos, nomeadamente entre o Reino Unido e a Argentina, a expansão de Las Palmas e Dakar graças à injeção de avultados recursos da parte da Espanha e da França para a modernização dos respectivos portos, moveram uma concorrência desenfreada que contribuiu para a diminuição drástica da procura do Porto Grande como escala de reabastecimento obrigatório nesta zona do Atlântico.

Por outro lado, a necessidade de “re-estruturar a casa” no pós-independência, tornara indispensável fazer com que o país não continuasse a depender, exclusivamente, do Porto Grande de S.Vicente, principal (senão o único) porto de descarga de mercadorias transportadas para o país em navios de grande calado. Com a acrescida importância da Praia como capital do país e sede do Governo, aliada à construção do cais acostável naquela cidade, a deslocalização e/ou repartição do tráfego entre Mindelo e Praia foi encarada como inevitável.

A Praia passou a ser o destino directo de uma boa parte das importações, pondo fim ao monopólio de Mindelo, que viu a situação inverter-se, paulatinamente, até que a cidade capital acabou por deter, praticamente, a supremacia das importações, passando a receber a maior parte das cargas destinadas às ilhas do grupo de Sotavento, em substituição do Porto Grande que, no passado, recebia toda a mercadoria destinada ao arquipélago para, de seguida, proceder à distribuição aos respectivos destinos, da parte que lhes pertencia.

Este breve historial sobre o papel de S. Vicente no contexto nacional, tem, por finalidade: de um lado trazer informações aos jovens que desconhecem as fases por que passaram a ilha e os sanvicentinos; demonstrar que a ilha do Monte-Cara nunca foi um simples “zero à esquerda”; e tentar, por outro lado, refrescar a memória

de alguns que, apesar de terem a obrigação de conhecer essa obra (S.Vicente não foi e continua a não ser apenas terra de Carnaval, de Festival e de “ganhá gastá paquê depôs de sabe morrê cá nada”), fazem por ignorá-la, talvez porque não interessa saber que houve tempos em que o País vivia, em grande parte, dependente dos recursos económicos gerados em S.Vicente, facto que não é “letra-morta” e do qual todos os cabo-verdianos deveriam se orgulhar.

Entrados na era do municipalismo, que coincide com o advento da segunda república, para além de ter tido o “azar” de ser ganho por um autarca que não enverga as mesmas cores da camisola dos ex-governos da Carlos Veiga (1991/2000), S.Vicente foi considerado, ostensivamente, assim com outras que estavam em situação idêntica, uma “Câmara filha de fora”. Presidida por Onésimo Silveira, político de fibra, que não verga nem quebra, por não se ter submetido aos caprichos daqueles governos do MpD, durante a década de 90 esta ilha viu-se relegada ao abandono, sem os meios necessários ao seu desenvolvimento. Mesmo assim, o autarca não deixou os seus créditos por mãos alheias. Valendo-se das suas amizades e conhecimentos políticos, conseguiu receber alguns meios das cidades geminadas (aspecto que desenvolveu com muita diplomacia) com S. Vicente, que o ajudaram, na medida do possível, a fazer um excelente trabalho em prol da sua terra natal.

Acredito que no dia em que a previsão de construção do porto de águas profundas/entreposto em S.Vicente se concretizar, o Porto Grande transformar-se-á, sem dúvida, num importante pólo de desenvolvimento nacional. Porém, não creio que volte a recuperar o apogeu do passado, em que quase se coalhava de “vapores na baía”. Tudo indica que, nesta nova etapa, as perspectivas de S.Vicente prendem-se, essencialmente, com o incremento do Turismo, como, aliás, consta dos grandes projectos em carteira, designadamente, *Cesária Resort, Baía das Gatas Resort, Flamengo, Salamansa Sands, Praia Grande e Saragarça*, entre outros, que deverão movimentar investimentos à volta de cinco biliões de euros, e mais de 13.000 empregos.

Mas é imprescindível que os sanvicentinos lutem com todas as suas forças, sempre com a lealdade que nos caracteriza, para que o tão almejado desenvolvimento sustentado, que já tarda, seja visto na prática quanto antes. As condições que já despontam no horizonte (estão sendo objecto de cobiça de alguns que, por simples oposição, nada fizeram por S.Vicente quando tinham “a faca e o queijo na mão!”), poderão constituir a chave-mestra para o avanço da ilha do Monte-Cara.

Para que isso se torne realidade, esta ilha terá de passar por mãos de gente capaz, dinâmica, sonhadora como os poetas (mas que saiba sonhar com os pés bem fincados no chão), e que, acima de tudo, ama e entende S.Vicente como as palmas das suas mãos. Oxalá essa oportunidade chegue já nas eleições autárquicas de Maio próximo, de preferência com Onésimo Silveira e Vanda Évora. Já não há tempo a perder!

THE «DAY AFTER» CASTRO

“Só é digno da liberdade, como da vida, aquele que se empenha em conquistá-la”

JOHANN GOETHE

A notícia da abdicação de Fidel Castro Ruz traz-me à mente nomes de grandes homens da história do mundo. Refiro-me ao século XX e mais concretamente ao período pós-guerra.

A primeira vez que ouvi falar de Fidel era eu ainda menino. Menininho. O meu primo Fragobá, um exímio desenhador, exibiu um baralho de desenhos de rostos de personagens célebres. Um deles era a de um homem ainda novo, mas com a cara coberta por espessa barba negra. Segredou-me ele que era o grande Fidel Castro, el comandante. E ficou a simpatia pelo homem de quem sempre se falava em voz baixa. Até mesmo o Fragobá, que não temia nada, quando sussurrava tal nome, olhava cuidadosamente à volta.

Mas de uns tempos a esta parte, sempre que penso em Fidel, fico matutando como será o “day after” Fidel em Cuba. E é aí que se dá a associação de ideias que conduz à lembrança dos tais grandes da história mundial do pós guerra.

Lembro-me de Nikita Kruchchev e do golpe palaciano de Leonid Brejnev que pôs fim ao seu reinado e instalou o princípio do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O poder pessoal de Kruchchev ficou repartido pelo triunvirato Nicolai Podgorny (Presidente), Alexei Kossiguin (Primeiro Ministro) e Leonid Brejnev (Secretário-Geral do PCUS), sendo este o mais poderoso de todos. E tenho dúvidas de que fosse “só” um triunvirato. Quem não se lembra do poder de Andrei Gromyko, o Ministro das Relações Exteriores da URSS, o senhor “Nyet” do Conselho de Segurança da ONU? Sempre que algo não lhe soava bem, soltava o “nyet”, utilizando o seu direito de veto. Depois do desaparecimento de Brejnev nada mais foi o mesmo. Nem Andropov, nem Tchernienko, tiveram cotovelo para manter as rédeas firmes, abrindo assim o caminho para Mikhail Gorbachev, o líder da comissão liquidatária da URSS. Levado na curva por Ronald Reagan, conduziu a “perestroika”, a “glasnost” e, sobretudo, o desarmamento, a contento do velho actor secundário dos “westerns” de Hollywood. A Liberdade e a Democracia por que tanto ansiavam os ditos soviéticos, logo foram abalroados pela fúria de uma das máfias mais ferozes do nosso tempo. E era ver apartamentos recebidos um dia e surripiados no dia seguinte pela voragem da tristemente famosa máfia russa. E o pessoal estava entregue a si próprio. De tão pouco habituados que estavam a serem donos do próprio destino e de terem propriedade privada individual, pode-se imaginar o que foi – e vem sendo – os dias “after” URSS. Viva a liberdade, viva a democracia. Mas como entender que haja gente com saudades do tempo dos “velhos senhores”?

O que aconteceu quando Josip Broz “Tito” o homem que, com pulso de ferro,

mantve unido, sob a designação de Jugoslávia, todo um naípe de nacionalidades dos Balcãs? Desaparecido Tito (que se tornou conhecido como o líder incontestado do grupo dos não-alinhados) Lazar Kolisevski não aguentou a batata quente que herdou. E o “day after” Tito está aí à vista de todos: a Bósnia-Herzgovina, a Sérvia, a Croácia, o Kosovo, as limpezas étnicas, etc.

Deslocando para realidades geograficamente mais próximas, temos o caso de Ahmed Sékou Touré, o senhor “NON” (que respondeu com um sonoro NON à proposta neo-colonial da França imperial). O que aconteceu à Guiné-Conakry do pós-Sékou Touré? Lansana Konté baqueou e as coisas ficaram sem controlo.

Há o caso de António de Oliveira Salazar, o homenzinho de Santa Comba Dão. Marcelo Caetano não tem a mesma convicção e o controlo escoou-lhe por entre os dedos. Consegue travar uma insurreição, mas baqueia diante do movimento dos Capitães de Abril. E não fossem as tomadas de posição da maioria silenciosa (a que Frank Carlucci não terá sido alheio) e o país teria mergulhado no comunismo pelas mãos de Álvaro Cunhal, Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho e de alguns românticos. Os portugueses perderiam a liberdade recém-conquistada e poriam em risco o pão que esteve garantido durante a ditadura.

A ditadura deve ser mesmo uma solução bem complicada de gerir. À mais ligeira folga nas rédeas e ao primeiro sinal de abrandamento, a situação toma o freio nos dentes e quem se queixava da falta de liberdade e de democracia fica com novas e renovadas queixas. E, pior, contra todas as expectativas, vai-se constatando algum saudosismo dos tempos de então. E há até quem apele para o fado “ó tempo/volta p’ra trás / traz-me tudo o que perdi / tem pena e dá-me a vida / a vida que já vivi...”. Quando todos sabemos que aquilo não era vida de que se devesse sentir saudades. Não se ouve já que os timorenses começam a sentir saudades do tempo dos indonésios, apesar da sanha assassina de Suharto? Veio a liberdade(?) e foi-se o pão. Triste sina.

E o que acontecerá à Cuba pós Fidel Castro? Raul Castro está para Fidel assim como Tchernienko esteve para Brejnev ou Bento XVI está para João Paulo II. Não têm idade, nem tempo, para deixarem marcas pessoais. Para além do facto, em si, de não ser nada fácil suceder a personalidades como Fidel Castro Ruz ou Karol Józef Wojtyła. Em boa verdade, a sucessão efectiva de Fidel só se dará depois da partida de Raul. Que este tem um dilema que não pode resolver: ou segue acriticamente as pisadas do mano, sem os dons do mano, e falha; ou teria de divergir do mano, sem o tempo que o mano teve para se firmar, e falha, de forma ainda mais retumbante. O dia seguinte

de Fidel (ou dos Castros, se se preferir) só chegará com a partida de Raul. E as questões que se põem são estas: esse dia trará o que nosostros achamos que os cubanos precisam? A par de mais liberdade, conseguirão manter o Estado Providência? Continuarão donos da ilha? Terão, seguramente, mais pão? Não sentirão saudades de El-Comandante? Não chegarão ao ponto de cantar “Ó tempo volta p’ra trás”?

Acredito que, diante das lições da história, vai ser possível equacionar uma Cuba pós-Fidel onde os cubanos se sintam bem e não venham a ter saudades do tempo que lá vai. Mais liberdade, democracia política, social e económica, e um Estado presente e responsável, sem máfias, nem castas privilegiadas, é possível. E se Raul assumir que a sua principal missão é lançar as bases para essa nova era para Cuba e para os cubanos, seria óptimo. Para Cuba e para os cubanos; para Cabo Verde e para os cabo-verdianos; enfim, para o Mundo, essa aldeia global.

Mas porque a questão não se resume à substituição de líderes autoritários (não desculpo tais líderes, mas não me faço de desentendido diante do contexto e das conjunturas que geram tais entes) sugiro que se vá mais fundo na reflexão sobre a questão. De como em Cabo Verde tivemos a sorte de ter um Carlos Veiga a substituir Pedro Pires à frente dos destinos da Nação; de como os ventoinhas não tiveram a mesma sorte por ocasião da retirada de Veiga da liderança do MpD; dos cabelos brancos que José Maria Neves deve ter adquirido à conta de pensar numa sua sucessão exitosa à frente do seu partido e do país.

De todo o modo, sempre tivemos mais sorte do que os nossos irmãos que se libertaram de Nino Vieira e foram cair nos braços de Kumba Ialá, voltaram ao regaço de Nino e podem ter ainda o azar de voltar às boas com Kumba (que ele diz que vem aí).

Em jeito de fecho deixo aqui duas questões: no nosso caso, deve-se apenas à sorte, o facto de termos tido o percurso que tivemos? Os nossos amigos cubanos devem fiar-se apenas na sorte, na boa fé de Raul e na pressão de Uncle Sam?



ANTÓNIO LUDJERO CORREIA

“
A primeira vez que
ouvi falar de Fidel
era eu ainda menino.
Menininho. O meu primo
Fragobá, um exímio
desenhador, exibiu um
baralho de desenhos de
rostos de personagens
célebres. Um deles era
a de um homem ainda
novo, mas com a cara
coberta por espessa
barba negra. Segredou-
me ele que era o
grande Fidel Castro, el
comandante.
”

Sexta-feira, 22 de Fevereiro de 2008

asemana

Opinião

SECTOR DO LOTO

Concurso N°2008/07 de 17 de Fevereiro de 2008

TOTOLOTO

Números Extraídos: 3 - 10 - 26 - 27 - 35 - 48

1.º Prémio.....677.127,00.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....270.850,809.....30.094
3.º Prémio.....406.276,20.....168.....2.418

JOKER

Número Premiado:726835

1.º Prémio.....1.518.959,50.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....303.791,90.....0.....(JACKPOT)
3.º Prémio.....102.439,80.....2.....51.219
4.º Prémio.....170.733,00.....28.....6.097

Previsão para esta semana (Concurso n° 08 de 24-02-08)

TOTOLOTO

1400 000\$00

JOKER

1 900 000\$00

Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!

Os 22 municípios de Cabo Verde fizeram, conforme os documentos em cofre, mais de 831 mil contos de despesas fora do quadro orçamental e têm uma dívida superior a 355 mil contos junto do Estado. Este, por sua vez, tem por pagar mais de 454 mil contos, só em contratos-programa assinados com as autarquias. O governo, através do ministro da Descentralização, Urbanismo e Ordenação do Território, assegura que vai sanear tal situação, e agir em conformidade com os casos dos chamados documentos em cofre, os quais são, desde 2006, puníveis nos termos da lei da responsabilização dos titulares de cargos políticos.

Por: ALÍRIO DIAS DE PINA



Municípios com mais de 831 mil conto

A gestão financeira dos municípios deixa muito a desejar. É que, além de possuírem uma elevada dívida junto do Estado e de outras instituições, as Câmaras vêm realizando despesas não orçamentadas, o que é punível nos termos da lei da responsabilização dos titulares de cargos políticos, em vigor desde 2006, em Cabo Verde.

Esta fórmula tem consistido no pagamento de despesas com receitas extras e guardar os justificativos em cofre para posterior lançamento nos futuros orçamentos municipais de anos seguintes. Daí a designação desta prática, que é conhecida entre autarcas como sendo o método de documentos em cofre.

A **Semana** está em condições de avançar que, segundo um levantamento feito pela ANMCV, as despesas feitas a nível dos 22 municípios cabo-verdianos com base nos documentos em cofre atingem, neste momento, um montante de 831.019.209\$51. E aqui Santa Catarina de Santiago (208.462.710\$66) e o Sal (129.928.238\$50) são, no cômputo geral, "as Câmaras que mais têm abusado deste

método de pagamento".

O quadro a que este jornal teve acesso especifica que, no tocante às 14 Câmaras de Sotavento o montante em cofre é de 469.506.517\$01, figurando as edilidades da Brava, Santa Catarina do Fogo e Praia como as únicas que estão na lei: não dispõem de documentos em cofre. Relativamente aos demais concelhos, as despesas não orçamentadas realizadas estão, por ordem decrescente, assim escalonadas: Santa Catarina de Santiago (208.462.710.\$66), Maio (121.978.604\$40), Santa Cruz (58.673.505\$00), Mosteiros (22.783.816\$95), São Domingos (15.107.286\$00), Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos (14.971.047\$00), São Miguel (13.462.549\$00), Comissão Instaladora de São Salvador do Mundo (5.883.659\$00) e Comissão Instaladora da Ribeira Grande de Santiago (2.226.978\$00).

Já a nível dos oito municípios da região norte, as despesas ilegais constantes dos documentos em co-

fre perfazem um montante geral de 361.512.679\$50, distribuídas de seguinte forma: Sal (129.928.238\$50), Porto Novo (69.609.612\$00), Ribeira Grande de Santo Antão (52.798.570\$00), S.Vicente (40.000.981\$00), Ribeira Brava (31.773.353\$00), Comissão Instaladora do Município de Tarrafal de S.Nicolau (10.422.576\$00 e Boavista (1.651.289\$00).

DÍVIDAS ENTRE O ESTADO E MUNICÍPIOS

O documento que vimos referindo salienta, por outro lado, que as autarquias devem ao Estado um montante de 355.593.274\$30, sendo que 186.894.106\$30 correspondem a IUR em atraso e os restantes 168.699.168\$00 são dívidas acumuladas junto ao INGRH. Estas últimas resultam do fornecimento de água e prestação de outros serviços relacionados com a exploração e gestão dos recursos hídricos nos municípios.

No tocante à região de Barlavento, as dívidas das Câmaras ao INGRH e ao

fisco estão estimadas em 31.290.854\$00 e 134.905.625\$30, respectivamente. Com 87.723.545\$90 de IUR em atraso e 11.732.976\$00 que tem por pagar junto do INGRH, o Município do Porto Novo surge como o maior caloteiro do Estado. As autarquias da Ribeira Brava e Tarrafal de S.Nicolau apresentam-se, no entanto, como as que não têm quaisquer dívidas junto do Estado.

Na região de Sotavento, os impostos municipais em atraso atingem os 51.988.481\$00 e as dívidas junto do INGRH estão estimadas em 137.468.314\$00. Aqui só o Município de S.Filipe não deve nenhum tostão ao Estado. Como maiores devedores estão os municípios de Santa Cruz e Tarrafal de Santiago. Este tem por pagar às finanças 32.358.572\$00 de IUR e aquele deve ao INGRH um total de 76.376.145\$90.

Mas este quadro confrangedor das finanças locais não fica por aqui, mostrando que as faltas de pagamentos estão dos dois lados. Pois é, o Estado também deve aos municípios, só em transferências não feitas no âmbito dos

PUB

Direito de Resposta **CMSV esclarece
Clube de Golfe**

Na edição nº 835 do Jornal A Semana, publicado no passado dia 08 de Fevereiro, na página 10 do Caderno Cifrão, acha-se publicado um artigo intitulado “Clube de Golf ameaça Câmara de S. Vicente com tribunal”, o qual contém excertos de um entrevista do Sr. Presidente desse Clube, que, por conter inverdades e omissões, leva a que a Câmara Municipal de S. Vicente se sinta obrigada a esclarecer o seguinte:

A questão dos terrenos reivindicados pelo Clube de Golfe de S. Vicente não é uma questão nova como resulta das entrelinhas desse artigo, mas uma questão que anteriores Presidentes do Clube e da Câmara Municipal tentaram mas não conseguiram resolver.

A actual Câmara Municipal de S. Vicente vem dando toda a atenção ao problema, sendo certo que a sua posição, a qual pode ou não merecer a anuência do Sr. Presidente do Clube de Golfe, será sempre norteada no sentido da defesa do interesse da população sanvicentina. O deferimento puro e simples da pretensão do Clube de Golfe claramente parece situar-se fora da esfera de interesses da população.

A Câmara Municipal de S. Vicente pensa que o problema não se resolve apenas por existir um registo, o qual pode, na sua origem, estar viciado.

Que o Clube queira ir ao Tribunal é um direito que lhe assiste e obviamente que a Câmara não tem qualquer receio que isso venha a acontecer. Pelo contrário, é nosso entendimento que talvez seja essa a melhor forma de se resolver de vez o problema. Porque o Tribunal é o local próprio para se dirimir conflitos dessa natureza porque desse modo cada um poderá esgrimir os seus argumentos e permitir a sua melhor avaliação.

O que a Câmara Municipal de S. Vicente não aceita é que se esteja a tentar imputar à pessoa da sua Presidente a responsabilidade relativamente à situação dos terrenos reivindicados pelo Clube de Golfe, designadamente ao atribuir-se-lhe factos que ela nunca praticou.

Com efeito, o Sr. Presidente do Clube de Golfe não diz a verdade quando refere que o Clube recebeu um primeiro despacho da Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente, “a informar que ia providenciar no sentido de mandar registar todas as propriedades conforme o pedido do clube”. A Presidente da Câmara tão-só prometeu analisar a situação e decidir em conformidade com aquilo que se afigurasse legal e justo.

É igualmente falso que a Presidente da Câmara tenha solicitado ao Clube de Golfe a devolução de correspondência contendo aquele despacho, alegando “que tinha alterações a fazer nela”, que três dias mais tarde tenha assumido posição diferente, a qual seria de novo alterada quatro dias depois.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente não toma decisões em função dos dias ou dos momentos. Fá-lo sempre de forma criteriosa e fundamentada e, não é demais repeti-lo, sempre pensando no interesse da população do Município que dirige.

Já os Presidentes de Câmara que antecederam a actual Presidente, haviam proposto ao Clube de Golfe soluções para o problema, que passavam pela salvaguarda de situações já constituídas consolidadas pelo tempo. A actual Presidente pretende também alinhar por esse diapasão e envidar esforços, que espera serem também desenvolvidos pelo Clube de Golfe, no sentido de se encontrar uma solução que sirva os interesses de todas as partes envolvidas.

A procura dessa solução concertada é o que vimos privilegiando, mas o Sr. Presidente do Clube de Golfe e outros interessados parecem querer empurrar-nos contra a parede, e isso não aceitamos. Que se queira discutir o problema no Tribunal, também é um caminho possível que não receamos trilhar. Sem inverdade e sem omissões.

A bem de S. Vicente.
Mindelo, aos 14 dias de Fevereiro de 2008
Pela Câmara Municipal de S. Vicente
ISAURA TAVARES GOMES

**s de despesas ilegais**

contratos-programa assinados, um montante de 454.595.632\$60.

A dívida do Estado para com os municípios atinge proporções elevadas, já que, segundo o presidente da Associação Nacional dos Municípios, falta ainda, paralelamente ao montante de contratos-programa referido, incluir os montantes de taxa aeroportuária que estão ainda por ser transferidos às autarquias, o que só no Sal ultrapassa os 300 mil contos. Américo Silva adverte que estão também por contabilizar os 49% dos valores de terrenos vendidos nas ZDTIS, o fundo rodoviário, a taxa ecológica, o imposto do incêndio e as dívidas do consumo de água pelos serviços desconcentrados do Estado, sem contar as rendas de moradias que estão alocadas a dirigentes da administração pública.

O presidente da ANMCV assegura que todos os documentos em cofre já foram remetidos ao Tribunal de Contas para efeito de julgamento, daí também esperar que o Estado tenha orçamentado as verbas necessárias para liquidar as suas dívidas junto de todos os municípios.

“Tem que se sanear esta situação financeira dos municípios. Seria bom que as Câmaras a saírem das próximas eleições autárquicas não encontrassem nenhum documento em cofre”, apela Américo Silva, para quem os autarcas que continuarem com tal prática podem ser responsabilizados com base na legislação em vigor.

O governo, através do ministro da Descentralização, Urbanismo e Ordenamento do Território, garante que, na sequência de um encontro presidido pelo primeiro-ministro e

que contou com a presença dos municípios, tomou um conjunto de medidas para resolver os problemas levantados, designadamente a aprovação da lei de saneamento financeiro dos municípios, que estabeleceu um prazo em que todas as autarquias devem remeter os seus documentos em cofre para efeito de julgamento junto do Tribunal de Contas.

Relativamente às dívidas entre o Estado e os Municípios, Ramiro Azevedo assegura que criou-se uma comissão, integrada pelo Ministério das Finanças e as autarquias, que tem a tarefa de validar tais dívidas e negociar o seu pagamento. “Segundo o MFAP, o processo encontra-se em andamento, estando-se já a apurar as dívidas, para depois se negociar o seu pagamento ou fazer o acerto de contas entre as partes”.

O governante acrescenta que, na sequência do encontro entre Governo e Municípios, ficou ainda assente que estes devem pagar as suas dívidas às empresas. “No que toca à Electra, ficou decidido que, por causa da iluminação pública, as Câmaras pagariam, a partir de Janeiro de 2007, os custos normais em matéria de electricidade, negociando a liquidação das dívidas que acumula junto da empresa por consumo de energia nos anos anteriores”.

Ramiro Azevedo fez questão de realçar que o executivo já criou todas as condições para garantir o saneamento financeiro dos municípios e vai avisando que aquele que realizar despesas não orçamentadas pode responder criminalmente, conforme prevê a lei da responsabilização dos titulares de cargos políticos, em vigor desde 2006 em Cabo Verde.

Conselho de Jurisdição analisa “caso” Gualberto



O Conselho de Jurisdição do MpD, instância que funciona como um “tribunal” na orgânica dessa força política, reúne-se esta sexta-feira para apreciar o “caso” Gualberto do Rosário. A reunião, soube este semanário, decorre da constatação pública de que Isaura Gomes “vetou” o nome de Rosário para as listas por ela encabeçada à Câmara Municipal de S.Vicente. Isto, no entender de um dirigente do MpD, “configura-se como uma flagrante violação do direito de um militante poder participar na vida do partido”.

Uma semana depois de ter anunciado a sua candidatura como independente à Câmara Municipal de S.Vicente nas eleições de Maio próximo, Gualberto do Rosário continua presente na vida do partido que ajudou a fundar e que no final dos anos noventa chegou, inclusive, a presidir.

A forma como o nome daquele político e empresário foi “vetado” por Isaura Gomes de integrar as listas do MpD às referidas eleições, mesmo como número dois ou três, vai ser hoje analisada, no final de tarde, pela Comissão de Jurisdição, um órgão que, à vista dos actuais estatutos, funciona como um “tribunal”, podendo as suas decisões serem passíveis de recurso junto do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional.

De acordo com a fonte, a atitude de Isaura Gomes, sobrepondo-se à estrutura regional do MpD, “é preocupante”, configurando-se como um

acto “autoritário”, eivado de “totalitarismo”, não se enquadrando no perfil de um “partido democrático”, como o MpD pretende ser.

“O MpD não se pode dar ao luxo de nem sequer se dispor a negociar com um militante que foi presidente da bancada parlamentar, ministro da Agricultura, da Economia, vice-primeiro-ministro e primeiro-ministro, além de presidente do partido”, diz o referido dirigente, sob anonimato. GR foi impedido “de dar o seu contributo para uma melhor solução a uma ilha como S.Vicente, só porque alguém, a doutora Isaura Gomes, decide em contrário, sobrepondo-se à própria estrutura regional do MpD em S.Vicente”.

Para esse mesmo dirigente ventoinha, é estranho que, diante dos sinais emitidos publicamente, o presidente do Conselho de Jurisdição, Victor Osório, não tenha convocado esse órgão para analisar o caso e, se preciso, chamar a atenção dos responsáveis nacionais e locais do partido para o que se estava a passar em São Vicente.

“Além do mais, Isaura Gomes não é competente para dizer quem entra ou não entra numa lista do MpD, porque ela é apenas uma parte dessa lista. Com a sua atitude de vetar Gualberto do Rosário, ela está a extravasar as suas competências dentro do MpD”, alega a mesma fonte, alertando que o MpD não é propriedade particular de ninguém. “O MpD é dos seus militantes, como um partido democrático que é, tem órgãos que têm de funcionar

democraticamente”.

E, mais, alude a mesma fonte, “não havendo eleições primárias tal como acontece no PAICV, a negociação é importante num partido como o MpD”. Por isso, Isaura Gomes “podia, quando muito, participar no processo negocial com Gualberto do Rosário, um político com provas dadas”, em vez “de simplesmente vetar o nome dele, mediante o consentimento da Comissão Política Regional do partido”.

As críticas da fonte de **A Sema-**na vão também para o presidente do MpD, Jorge Santos: este com o seu silêncio, “peca por omissão” diante dos factos tornados públicos estes dias a propósito do “dossier” Gualberto do Rosário. “Com isso, JS não está a assumir as suas responsabilidades”, acusa.

Presidido por Victor Osório, o Conselho Jurisdicional do MpD é constituído maioritariamente por juristas e os que não são têm de ter conhecimentos da área do Direito. O funcionamento desse órgão foi alvo de revisão na última convenção do MpD, em 2006, tendo então Osório substituído António Pascoal Santos. De acordo com a fonte deste jornal, as decisões dessa entidade “são jurídicas”, isto é, “não políticas, tomadas com base nos estatutos do partido, na Constituição e demais leis da República”. E as suas decisões “são passíveis de recurso junto do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional”.

Sexta-feira, 22 de Fevereiro de 2008

asemana

AUTÁRQUICAS NOS MOSTEIROS E EM SANTA CATARINA DO FOGO

PAICV vai impugnar as candidaturas do MpD à Câmara

O processo de candidatura do MpD às Câmaras de Santa Catarina e Mosteiros, na ilha do Fogo poderá, tal como aconteceu com o caso de José Domingos Lopes, de Djabraba Pa Frente em 2000, ser impugnado. É que o PAICV já constituiu advogado para, logo no início do prazo das reclamações que começa a partir de 3 de Março, depois do término do recenseamento eleitoral geral, examinar e reclamar a veracidade das declarações sobre a residência habitual que os dois ventoinhas terão que comprovar à Comissão de Recenseamento Eleitoral. Tudo porque esta permitiu, conforme ordenou a CNE, que os mesmos fossem recenseados provisoriamente.

O PAICV vai impugnar as candidaturas do MpD às Câmaras de Santa Catarina (José Veiga) e Mosteiros (Nilton Rodrigues). É que, segundo Ubaldo Lopes, um dos advogados já constituídos, os dois concorrentes, radicados desde há muito com a família nos EUA, não gozam do estatuto de residência habitual, que, segundo estipula a lei cabo-verdiana tem de significar uma permanência de pelo menos seis meses no país.

Este jornal apurou que tanto os apoiantes do presidente da CI de Santa Catarina, João Aquileu Barbosa Amado, como os

do edil dos Mosteiros, Carlos Fernando Teixeira, estão a recolher dados para, logo no início do prazo das reclamações que começa depois do término do recenseamento eleitoral geral, a partir de 3 de Março, provar que aqueles concorrentes ventoinhas não têm residência habitual em Cabo Verde.

Aliás, as próprias CRE, com destaque para a dos Mosteiros, recusaram recensear Nilton Rodrigues e José Veiga. Mas na sequência de recursos que ambos interpu- seram junto da CNE's, esta deliberou que se mandasse inscrever esses cidadãos nos respectivos cadernos eleitorais, ainda que os mesmos tenham que depois fazer a prova da residência habitual.

A defesa do partido no poder admite tratar-se de uma situação complexa que ainda está a estudar e que, consequentemente, pode até impedir que Rodrigues e Veiga venham a concorrer às próximas eleições. Uma impugnação que não seria inédita: já num Governo do MpD, José Domingos Lopes, do grupo independente Djabraba Pa Frente, vira a sua candidatura impugnada pelo partido então no poder.

Em causa está, segundo Ubaldo Lopes, o artigo 38º do Código Eleitoral revisto, que estipula, no tocante ao local de inscrição no recenseamento, que “os cidadãos eleitores são inscritos no local de funcionamento das

entidades recenseadoras do concelho da sua residência habitual”.

Sobre este particular, o causídico avança que a jurisprudência, nomeadamente a portuguesa que tem constituído doutrina no ordenamento jurídico cabo-verdiano, estipula que “a residência habitual é a casa onde habitualmente se mora, onde o indivíduo vive com estabilidade, em que tem instalada e organizada a sua economia doméstica”, a qual deve ser confirmada pelas autoridades municipais e nacionais competentes.

Além de outras legislações nacionais que estabelecem a permanência de pelo menos seis meses para efeito de confirmação da residência, Ubaldo Lopes remete-nos, para apreciação, o conceito de residência habitual, que é, no entanto, definido nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 80º do Código Civil cabo-verdiano, em vigor: 1. “A pessoa tem domicílio no lugar da sua residência habitual; Se residir alternadamente em diversos lugares, tem-se por domiciliada em qualquer deles; 2. Na falta da residência habitual, considera-se domiciliada no lugar da sua residência ocasional, ou se esta não puder ser determinada, no lugar onde se encontra”.

Acresce-se a isso o domicílio electivo,

estabelecido no artigo 82º do mesmo Código Civil. “É permitido estipular domicílio particular para determinados negócios, contanto que a estipulação esteja reduzida a escrito”, enumera Lopes, alertando que nenhuma dessas cláusulas se aplica aos dois cidadãos em causa, que têm residência fixa nos EUA.

E tudo indica que o MpD vai fundamentar a sua defesa principalmente nesses dois últimos artigos do Código Civil. É que ultrapassado que está o recenseamento provisório dos dois candidatos, o advogado do concorrente Nilton Rodrigues admite que podem surgir problemas no momento de se fazer a prova da residência habitual.

Victor Osório concorda que em caso de declarações falsas, os visados podem ser penalizados e impedidos de concorrerem às eleições autárquicas de Maio deste ano. “Mas esta é uma matéria que só será analisada pelo tribunal da Comarca dos dois municípios, aquando da legalização das respectivas candidaturas”, defende Osório, para quem o candidato do MpD à Câmara dos Mosteiros reside, por exemplo, desde Junho do ano passado no Concelho, a ponto de ter feito deslocações frequentes à Praia, em negócios.

ADP

Apreensão de contentor com armas na Ponta do Sol



Arguidos declaram-se missionários

Lawrence Scott Baker, de 57 anos, dono do contentor no qual a Polícia Nacional encontrou armas e outros tipos de material bélico, declarou às autoridades judiciais que tanto ele como os outros três arguidos no processo são missionários. Baker, que possui um passaporte norte-americano, encontra-se preso preventivamente na Ponta do Sol e deve ser julgado, à partida, pelo crime de introdução ilícita de armas em Cabo Verde. Aliás, juiz da Comarca de Ponta do Sol baseou-se nessa tese para decretar a sua prisão preventiva. Conforme uma fonte, a quantidade de munições encontradas dava para fazer um assalto. Resta saber, onde?

O caso, que quebrou a rotina da vila da Ponta do Sol, está a ser investigado com muita cautela, e está agora sob a alçada da Polícia Judiciária e de peritos militares, porquanto, ao serem encontradas no contentor uma metralhadora, dois revólveres, seis pistolas, foguetes, munições em quantidade indeterminada e que não pertenciam às armas que as acompanhavam, os militares foram chamados ao terreno. A polícia encontrou ainda medicamentos, gás paralisante, equipamentos de comunicação “com algum grau de sofisticação” na casa em que moravam Baker, a sua companheira sul-africana Úrsula Lexton, e o casal Erik (suíço) e Ruth (sul-africana).

Segundo uma fonte militar, o mais intrigante neste mistério é a quantidade de munições encontradas. “Trata-se de uma quantidade assustadora de munições que, estranhamente, não coincidem com as armas encontradas”, explica, salientando que é de todo claro que o material apreendido devia servir “para mais de uma pessoa” e dá “para fazer um assalto”.

Por outro lado, segundo uma fonte

judicial, que acompanha o caso da Ponta do Sol, várias hipóteses estão sob investigação, desde uma “tentativa isolada de tráfico ilegal de armas à possibilidade de existir em Cabo Verde uma célula estruturada de uma organização internacional”. Daí uma das incógnitas a esclarecer é o destino que os visados pretendiam dar ao referido equipamento.

Por estes e outros motivos, as autoridades mostram-se muito reservadas na divulgação pública de qualquer dado que possa atrapalhar o trabalho dos investigadores. E sobre o papel dos peritos das FA, este se resumiu, segundo as nossas fontes, a ajudar a polícia a identificar o material bélico encontrado, sua finalidade, etc., não mais do que isso.

As poucas informações disponíveis reportam que Lawrence Baker, que diz ser engenheiro electrónico, e a companheira, também ela arguida no processo, já haviam estado na Ponta do Sol antes, quando alugou uma casa e retornou à África do Sul, onde residia, depois de uma passagem por Israel. Em Dezembro último regressou a Cabo Verde. “Com intenção de morar na vila da Ponta do Sol”, Baker “trouxe o contentor no qual funcionários aduaneiros e agentes da Polícia Nacional afectos à Guarda Fiscal encontraram, além de pertences pessoais, peças de mobiliário, material religioso e armas, entre as quais metralhadoras”, conforme uma fonte judicial.

Baker foi preso junto com a companheira e um outro casal no último fim-de-semana. Na segunda-feira, o Tribunal da Comarca da Ponta do Sol decretou a prisão preventiva de Baker, mas soltou os outros três arguidos sob termo de identidade e residência. Conforme um jurista, “existem outras medidas cautelares para os três soltos, nomeadamente a apreensão dos

seus documentos e o estarem estritamente proibidos de se ausentar de Santo Antão ou do país sem autorização da justiça”.

Este caso rapidamente ganhou proporções inquietantes e fez com que o ministro da Justiça viesse a público dizer que era “precipitado falar de um – suposto – grupo terrorista”. Falando em nome do governo à RCV, José Manuel Andrade afirmou que o caso estava a ser investigado pelas autoridades nacionais e não descartou a hipótese de um possível pedido de apoio à comunidade internacional. Mesmo porque, realçou o governante, “não há nada que diga que os equipamentos se destinavam a Cabo Verde”.

INTERPOL E FBI

É evidente que Andrade não quis criar muito alarde, mas existem informações “de que as embaixadas acreditadas em Cabo Verde estão a acompanhar bem de perto o caso”, a começar pela norte-americana, mais concretamente a sua secção consular. Até porque, como é do domínio público, um dos envolvidos ostenta passaporte dos EUA e as autoridades desse país costumam ser muito ciosas na defesa dos seus cidadãos no exterior.

Mas, ao contrário daquilo que o ministro da Justiça procurou fazer crer, **A Semana** apurou que as autoridades nacionais solicitaram, sim, apoio internacional, nomeadamente da Interpol e do FBI, para averiguar se os referidos indivíduos possuem ou não “rasto criminal” nas suas andanças pelo mundo. “Essas entidades estão a analisar a ficha deles, em especial a do americano”, confidenciou a nossa fonte.

“Nesta altura não se pode destacar, prematuramente, qualquer hipótese por que uma das características do terrorismo

é a sua total imprevisibilidade e o facto incontornável de que pode organizar-se em qualquer ponto do planeta. Estamos a falar de um país com uma boa localização geo-estratégica que pode ser aproveitada para o bem ou para o mal” alerta um estudioso das questões de identidade e globalização.

De todo o modo, sabe-se que investigadores estão no terreno para averiguar o que os quatro arguidos faziam exactamente e por que escolheram a vila da Ponta do Sol para montar residência. Procura-se desvendar a que se destinavam as armas, se os equipamentos de comunicação serviriam para estabelecer contactos com o exterior, com alguma rede de tráfico de armas ou terrorista. E, por se tratar, claramente, de um ilícito, cometido em território nacional, os referidos indivíduos vão ser julgados em Cabo Verde, não se descartando, no caso de Baker, a sua extradição para os EUA, depois de acertar as contas com a justiça cabo-verdiana.

A Semana conseguiu apurar que a companheira de Baker, Úrsula Lexton, que diz ser professora de inglês, solicitou ao Ministério de Educação e Ensino Superior uma vaga para leccionar a disciplina no liceu da Ribeira Grande. A mesma, em uma curta conversa com o repórter do jornal, confirmou que tinha intenção de leccionar e que estava a aprender o português para poder desempenhar essa função. Segundo informações colhidas, ela chegou também a colocar cartazes nas vilas da Ponta do Sol e Ribeira Grande, a propor cursos de Inglês de quatro horas semanais pela módica quantia de 150 escudos mensais.

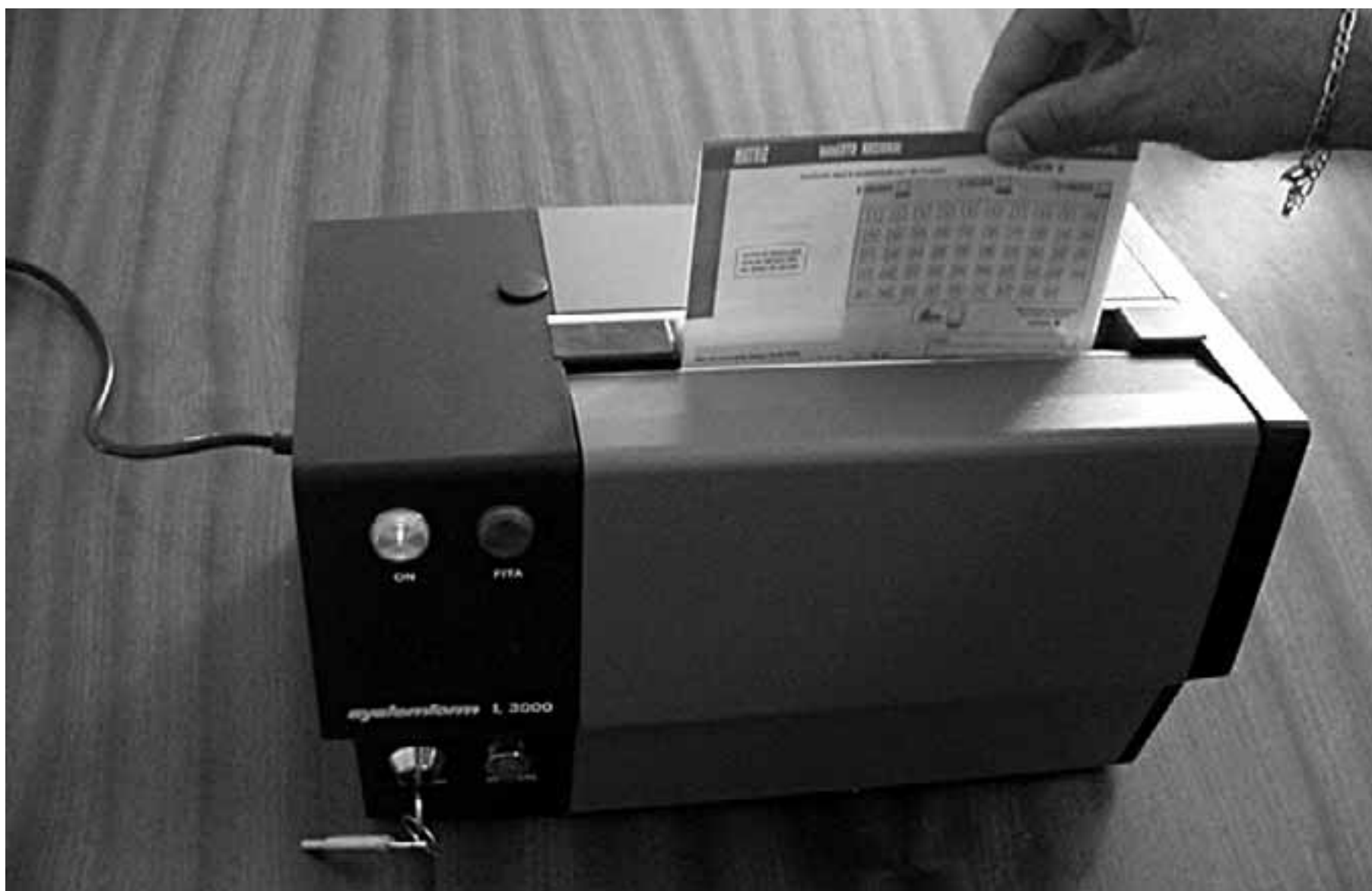
Na verdade, ao que se sabe, o único elemento do grupo que desenvolve uma actividade profissional na vila da Ponta do Sol é o suíço Erik, que se dedica à carpintaria naval.

Totoloto acusa José da Costa de forjar as matrizes

Social

Sexta-feira, 22 de Fevereiro de 2008

asemana



O Totoloto Nacional acusa José da Costa Santos – apostador que garante ter acertado na lotaria mas não recebeu o dinheiro premiado – de forjar as matrizes com que alegadamente acertou cinco e seis pontos. De acordo com o delegado da Cruz Vermelha, Silvestre Cruz, o jogador usou um lápis de cor vermelha para marcar os pontos, já depois de os números terem sido extraídos na Praia.

Na edição do dia 25 de Janeiro último, **A Semana** noticiou o caso de um apostador do Totoloto Nacional, na ilha da Boa Vista, que diz ter acertado acertou cinco e seis pontos no concurso número três de 2008, mas que não poderá receber o dinheiro premiado, porque os boletins não foram enviados para a sede do Totoloto na cidade da Praia. Os números extraídos nessa semana foram: 6, 11, 13, 16, 34 e 41.

Na altura, **A Semana** falou com o delegado da Cruz Vermelha na Boa Vista que nos explicou que os boletins do

concurso foram entregues à TACV para serem embarcados na sexta-feira. Porque não foram enviados nesse dia, ficou combinado que seguiriam no dia seguinte para Praia. O que não aconteceu. A TACV nega a responsabilidade de não enviar os documentos, dizendo com que recebeu na hora do embarque, e das mãos de uma passageira, um cartão com os referidos boletins.

No sábado, depois de chegar a informação de que as matrizes não foram enviadas para a sede do Totoloto, afirmou, “fomos recolher a mercadoria e avisámos todos os apostadores de que os boletins não tinham dado entrada na Praia e por isso ser-lhes-ia restituído o dinheiro que apostaram”.

De acordo com Silvestre Cruz, o Djô, como é conhecido o apostador, terá aproveitado o facto de que os boletins não tinham dado entrada na Praia para tentar enganar o Totoloto. “José da Costa apostou um

total de 120 matrizes, o que corresponde a cerca de 14 contos. Ele apenas acertou quatro pontos em duas matrizes e não cinco e seis. Ele usou um lápis de cor vermelha para marcar as cruces que precisava, tendo em conta que os jogadores só ficam com as cópias das matrizes, onde ficam registados os números marcados a vermelho”, acusa.

Conforme conta, as matrizes já foram enviadas para a sede do Totoloto Nacional, que pensa tomar as devidas medidas. José da Costa Santos deverá responder em Tribunal falsificação e tentativa de forjar documentos do jogo. “Quando falámos com o sr. José da Costa, ele disse que fez aquilo por influência de amigos por mais, afirma conhecer Regulamento do Totoloto”. Relembrando, o boletim do concurso diz: “A participação nos concursos pressupõe o integral conhecimento e a plena aceitação dos regulamentos do Totoloto Nacional e do Jocker”.

Sequestro, agressão sexual e roubo

O arguido Jair Costa foi condenado pelo Tribunal de S. Vicente a onze anos de prisão pela prática do sequestro de duas mulheres, seguido de agressão sexual, um roubo e um furto cometidos contra as vítimas. O juiz considerou que em duas ocasiões distintas o réu raptou as duas mulheres, sob ameaça de um objecto cortante, obrigou-as a caminharem até à zona de Campim e manteve relações com elas, sem consentimento.

Se para o juiz esses factos foram comprovados, para a defesa as declarações das vítimas e do arguido, que se diz inocente, foram claramente contraditórias. Além do mais, o advogado do réu nas suas alegações relata que durante a audiência houve uma testemunha que garantiu ter visto Jair com uma das vítimas a entrarem abraçados em casa de um amigo, sem quaisquer sinais de violência. Na perspectiva da defesa, o Tribunal baseou a sua condenação na livre apreciação de provas, sem se vincular ao princípio objectivo.

Agora o veredicto do Tribunal de S. Vicente, que sentenciou o réu a onze anos de cadeia, vai ser alvo de contestação junto do Supremo Tribunal da Justiça, garantiu do advogado da defesa. O jurista Pedro Delgado garantiu a este semanário que vai requerer a nulidade do mandato judicial de captura emanado pela Procuradoria da República, com o fundamento de que a certidão de detenção foi assinada por um agente da Judiciária.

“A prisão preventiva decretada pelo juiz de crime seria, assim, ilegal, visto que o Procurador tornou válido um mandato efectuado por volta das nove horas da manhã, com a conviência da esposa do arguido, que permitiu que agentes da PJ entrassem em casa do condenado, sem estarem munidos do mandato judicial”, alega Delgado, para quem houve violação de competências neste caso. Quanto aos crimes imputados a Jair Costa, o jurista considera que as declarações proferidas no julgamento foram contraditórias e inconclusivas, logo não podem ser suficientes para comprovar a culpa do réu.

Kim-Zé Brito



PJ aguarda análises laboratoriais sobre Caso Vanduca

A Polícia Judiciária pediu a um laboratório português a análise de alguns vestígios recolhidos na Praia Grande e noutra ponta da ilha de S. Vicente, que poderão ou não esclarecer o misterioso desaparecimento da adolescente Ivanísia Gomes. Por enquanto a PJ nega-se abrir o jogo, mas informações recolhidas por **A Semana** dão conta de que entre as amostras se encontram pedaços queimados de tecido, aparentemente o mesmo de uma peça de vestuário da adolescente de 16 anos.

A expectativa da PJ, segundo uma fonte deste jornal, é que os exames venham a clarificar o estranho sumiço da Vanduca, que está fora de circulação desde o passado 20 de Janeiro. Desde essa data que as autoridades policiais e os parentes da moça andam à procura de pistas capazes de esclarecer as dúvidas que pairam no ar. A mais inquietante, e que continua a alimentar

as especulações, é que Vanduca foi assassinada.

Por enquanto, as suspeitas continuam a recair sobre Josina Ramos, a madrastra da menina, que se suicidou no dia 10 de Fevereiro, em casa da sua madrinha. Esse estranho comportamento lançou ainda mais achas à fogueira pois, para muita gente, Josina, 25 anos, acabou por confessar a sua culpa com esse acto.

Mais estranho ainda é que Josina se suicidou horas depois de ter sido interrogada pela Judiciária sobre o desaparecimento da enteada, com quem teria um relacionamento problemático. Mas o certo é que, no seu depoimento, Josina não confessou nenhum crime e, já por essa altura, denotava alguma perturbação mental que se supõe subsequente ao desaparecimento de Vanduca.

Com o suicídio de Josina, as especulações aumentaram de intensidade, em S. Vicente. O pai de Van-

duca, que veio da Holanda assim que soube do desaparecimento da filha, tinha a esperança de que a mulher, Josina, tivesse deixado alguma carta a confessar o crime. Mas nada.

Neste momento, as expectativas estão centradas nas análises laboratoriais pedidas pela Judiciária. É muito provável que entre os elementos a analisar possam estar vestígios supostamente recolhidos de um balde transportado por Josina numa viagem de táxi que a levou à zona do Calhau. Segundo o apurado, o recipiente exalava um cheiro forte, o que alimenta ainda mais os rumores que a dão como assassina da enteada.

Apesar das tentativas, a PJ não quer abrir o jogo enquanto não tiver na sua posse os resultados das análises, a fim de evitar mais especulações. Assim que tiver dados concretos, a inspecção de S. Vicente garante que irá convocar a imprensa e esclarecer as dúvidas.

Kim-Zé Brito

Sexta-feira, 22 de Fevereiro de 2008

asemana

Cabo-verdiana morre sem assistência médica em prisão francesa

No passado dia 18 de Janeiro faleceu na prisão de Fresnes (Val-de-Marne), a cabo-verdiana Lucília Semedo de Veiga, mas a sua morte só quatro dias mais tarde foi comunicada às demais detidas.

O caso foi denunciado pela Senadora Nicole Borbo CohenSeat, Vice-Presidente da Comissão das Leis no Senado, depois de apurar que Lucília Semedo da Veiga se sentia mal há vários meses, sem que obtivesse o tratamento a que tinha direito. «Segundo testemunhos e uma carta de várias outras detidas, tudo indica que Lucília Semedo da Veiga sofria há vários meses de dores de cabeça e tonturas, mas não beneficiou, apesar de o ter solicitado, dos exames médicos que o seu estado de saúde requeria» diz uma nota da Senadora ao qual o LusoJornal

teve acesso. «Diz-se também que Lucília Semedo da Veiga adormecia por vezes em plena actividade diurna, aquando do seu trabalho de serviço geral ou no centro escolar, por exemplo». Segundo a Senadora comunista, esta situação teria sido assinalada por uma professora ao Director da Prisão.

Na noite anterior à da sua morte, Lucília Semedo do Veiga queixou-se de fortes dores e desmaiou por volta das quatro horas da manhã.

A detida que partilhava a sua cela, Samira Moreira de Pina, teria alertado a segurança nocturna que lhe terá respondido através da porta, mas não terá chamado os serviços médicos. Apesar dos vários e repetidos apelos, os socorros só chegaram no dia seguinte.

A Senadora, que também é Conselheira de Paris, quer que seja investigada a situação e denuncia que Samira Moreira de Pina tem sofrido pressões por parte da administração da Penitenciária. Mais, diz, as detidas que fizeram uma petição para que o assunto fosse investigado viram as suas celas revistadas.

A Direcção da Prisão de Fresnes já confirmou que Lucília Semedo de Veiga se encontrava efectivamente doente, mas «estava perfeitamente acompanhada». Diz também que durante a noite há um médico de guarda na prisão, «mas o pessoal penitenciário não o chamou durante a noite de 17 par 18 de Janeiro», informa o Luso Jornal, uma publicação que trata assuntos da Comunidade Portuguesa em França.



JORGE QUERIDO

UM ESCLARECIMENTO OPORTUNO

Em Dezembro do ano passado, o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades da nossa República, através da Rádio Nacional e creio que também da Televisão de Cabo Verde, em boa hora, veio esclarecer tudo, pôr os pontos nos is e afirmar peremptoriamente que jamais, em momento algum, a ideia da adesão de Cabo Verde à União Europeia (que o próprio Governante não hesitou em qualificar de absurda...) passara pela cabeça de qualquer dos actuais governantes.

Confesso que, talvez por excesso de sensibilidade nessa matéria, até chegara a pensar (imaginem só!...) que os nossos governantes também se tinham deixado arrastar pela onda de euforia contagiante que se formou e que levou muito boa gente a defender a ideia peregrina e um tanto disparatada da adesão de Cabo Verde à União Europeia, como membro de pleno direito!...

Reconheço que me equivoquei e, sem reservas, respirando de alívio e com a cabeça humildemente reclinada, faço o *"mea culpa"*.

Mas ainda bem que tal entrevista aconteceu porque, caso contrário, face às notícias e informações recentemente vindas a público, poderíamos ser levados a pensar que a tão badalada parceria especial com a União Europeia, que desde a sua nascença encheu de esperanças, de sonhos e de ilusões muitas cabecinhas destas ilhas, tendo dado azo a manifestações, "buzinões" e creio até que a fogos de artifício, não passara afinal de uma montanha alta, vistosa e promissora, mas que,

ao fim e ao cabo, não foi capaz de parir mais do que um ... lindo ratinho.

Se o Senhor Ministro não tivesse explicado as coisas da forma como o fez, se não se tivesse demarcado tão claramente dos nossos aguerridos "macaronésios" (não confundir com os habitantes de uma região da Itália onde se come muito macarrão – estes levam dois erres) e "europeus" indígenas, muito dificilmente se entenderia alguns posicionamentos, algumas afirmações e algumas atitudes de altas entidades e figuras públicas nacionais que, num passado ainda bem recente, abertamente, fizeram eco das teses de um Cabo Verde "europeu", uma Nação *"mais europeia que a Turquia"*; um País europeu de corpo e alma mas que *"a letargia da Praia permitiu de uma proposta de sua integração na Europa viesse, estranhamente, de fora"*; *"um País ocidental"*; um povo *"cujo passado é de integração na Europa desde a génese da Nação"*; um País que *"devia constituir com Portugal uma entidade única"*; um País que não deve hesitar na sua corrida em direcção à Europa: *"... a comunidade cabo-verdiana deve ser preparada, as instituições devem cumprir o seu papel, o dossier deve ser organizado e o pedido de adesão formulado"*....

Assim, com o que disse o Senhor Ministro, tudo ficou definitivamente bem claro: muito do que se afirmou e se fez, muitos dos ruidosos aplausos que foram dispensados a personalidades que vieram até nós exhibir o seu paternalismo injurioso e repetir disparates com forte odor a mofo colonial, muitos brindes trocados e muitos sapos que possivelmente teriam sido engolidos, não foram mais do que ocorrências de percurso, manifestações "para inglês ver" de uma estratégia inteligente e bem montada visando atingir um objectivo superior.

Na verdade, a saga europeísta teve várias fases: de

início, empurrados, incentivados e aplaudidos pelos nossos mentores portugueses, foi um total deslumbramento, uma espécie de histeria colectiva que atingiu de forma mais aguda a classe política, inflamou e baralhou as nossas gentes, dando lugar a declarações impensadas e a tomadas de posição francamente infelizes em que se chegou a defender, com um entusiasmo que nos pareceu excessivo, a ideia da adesão de Cabo Verde à União Europeia, como membro de pleno direito, ao mesmo tempo que, através de declarações, acções e omissões, se assumia um posicionamento de claro repúdio à CEDEAO e a outras Organizações regionais ou sub-regionais africanas.

Foi um tempo de alguma irracionalidade, em que se andou de cabeça perdida e em que o próprio Governo, muito provavelmente, teria tido sérias dificuldades em se conter (como, aliás, se conteve) dentro dos limites do conveniente e do politicamente correcto; depois (felizmente que pouco depois) foi o "regresso à terra e à realidade" e nisso (é justo reconhecê-lo!) fomos ajudados pela própria União Europeia que, gentilmente, nos lembrou a nossa pertença à África e deixou bem claro que, qualquer que seja a parceria que se vier a estabelecer entre as duas partes, ela só poderia ser acordada com um Cabo Verde perfeitamente integrado na sua sub-região e no Continente Africano.

A *"chuveirada"* de água bem fria foi não só muito oportuna como necessária e teve o condão de chamar alguns à razão, acalmar os ânimos, serenar os mais ansiosos, recolocar a Nação nos trilhos e permitir assim que o Governo, tranquilamente e com a competência e a dignidade de que tem dado sobejas provas, continuar a sua tarefa rumo a um Cabo Verde mais próspero e muito mais cioso da sua soberania e da sua verdadeira identidade.

BEM HAJA GUALBERTO!!

"DECIDI AVANÇAR"! A frase mais esperada soltou-se nos ares de S.Vicente. Mas não havia outra saída. Não aceitaríamos.

E a voz que se nos calou na alma, veio dum filho desta ilha. Desta ilha de Sto. Antão/Vicente/Nicolau que, cada dia mais unida e forte, se transformará numa importante alavanca do desenvolvimento de Cabo Verde.

A espera, a angústia e o *suspense* que nos apertavam os corações, deram lugar ao alívio e ao renascer do nosso orgulho tão característico no passado, mas que há tanto tempo nos vinha escoando pelas veredas do desânimo.

É chegado o momento tão sonhado de S.Vicente começar a romper o cerco e a desbravar o seu próprio caminho. Por coincidência neste dealbar de país de desenvolvimento médio, em que Gualberto do Rosário é indiscutivelmente o homem que S.Vicente precisa para que esta ilha possa doar de peito aberto, o seu real contributo ao país.

Amigos do MPD! Toda a gente escutou as declarações do Dr. Carlos Veiga, durante o programa televisivo "Grade Salto" de domingo passado. **"A comunidade internacional me dizia: com um Ministro da Coordenação Económica como o Dr. Gualberto do Rosário, Cabo Verde pode conseguir tudo o que quiser"**. E questionado se essa afirmação não era campanha a favor de Gualberto do Rosário, respondeu: **"Não, não é. Mas não me importo que assim pensem. O Dr. Gualberto do Rosário é um homem brilhante e as verdades têm de ser ditas"**.

Sejam corajosos! S.Vicente precisa. Façam entender isso mesmo à massa dos vossos eleitores. Muitos de nós que sempre apoiámos outros partidos, é o que vamos fazer. É a nossa oportunidade de juntarmos as forças à volta da nossa ilha que incrédula, magoada, mas sempre carinhosa, tanto clama pelos seus filhos.

Com uma expressão pouco curial e inadequada, o jovem Augusto Neves afir-

mou que ia encontrar-se com Gualberto do Rosário *"como um militante qualquer"*. Onde já se viu? Um pouco de respeito e humildade é sinónimo de traquejo, mas também de segurança e controlo de impulsos. Tal desacerto só pode justificar-se pelo voluntarismo da inexperiência, que muitas vezes nos leva a pretender dar um salto maior que as pernas.

Mas os outros, mais calejados na política, podem dar a verdadeira prova de lucidez. Afinal, S.Vicente está acima de qualquer partido político.

E sabemos todos que todos sabem da enorme distância que separa a competência, a profundidade e a abrangência de visão estratégica, a capacidade de acção e a postura de Gualberto do Rosário das de Isaura Gomes, nas áreas da política e do desenvolvimento. Isso não é ofensa. É a realidade.

Vamos entrar em campanha. Vamos com decência e sem os repetidos, pouco criativos e já estafados oportunismos de sempre.

Não queremos ouvir mais falar dos dois milhões de Gualberto. Não queremos mais ouvir falar das negociatas e trapaças de Onésimo. Não queremos mais ouvir dizer que Isaura construiu o seu império empresarial com base na riqueza ilícita do milionário primo. Não queremos mais ouvir dizer que António Monteiro fez negócios políticos com ligações à rede da Electra.

Se alguém tem provas, que as apresente aos tribunais. Se não as tem, que deixe de destilar esse veneno, de espírito atormentado e mal preparado.

A entrada tardia na corrida por parte de Gualberto do Rosário (os outros estão em campanha há muito tempo) é sem dúvida, uma desvantagem, por isso, vamos todos, cada um de nós dar o nosso apoio abraçando a candidatura. É uma campanha do povo, aberta a todos os partidos políticos.

Os militantes que tiverem a coragem, que dêem a cara por S.Vicente. Aqueles que não têm essa coragem, que participem com o seu voto.

Lino Fortes

Presidente ou projecto de presidente

Nhó S.Miguel rogai por nós. Amém!!!!!!
Como é sabido Cabo Verde encontra-se dividido atualmente em 22 Municípios. Mas também como é sabido e presenciado, dentre esses municípios uns desenvolvem-se mais do que outros por motivos diferentes. S.Miguel é o concelho que pouca sorte teve. Em pleno 2008, o concelho só tem duas localidades com iluminação eléctrica. E é bom salientar que essas duas localidades se situam entre um e dois quilómetros de distância da vila de Calheta. Outras localidades vivem na pura escuridão, salvo quando a formosa lua aparecer para esses municípios apreciarem um pouco de clareza à noite, ou forem passar à noite na vila ou nas duas localidades, mas precisam de muita sorte porque também aí falha muito a iluminação; ou então se forem para outros concelhos vizinhos (Santa Cruz, Tarrafal ou Santa Catarina).

É triste a situação em que vive S.Miguel. O fraco desenvolvimento é devido à fraca capacidade e falta de visão dos grupos eleitos para dirigir a câmara. É que o grupo camarário não consegue enxergar para além do horizonte. Como disse Saramago no Ensaio sobre a cegueira “ a equipe de S.Miguel ta numa casa e só consegue enxergar as coisas pela janela” o que os impossibilita de ter acesso ao que os restantes autarcas conseguem porque vêem as coisas fora de casa. Imaginem um presidente que em pleno século XXI (vinte e um) dirige um concelho sem o mínimo de bom senso e sem definição de planos e projectos para o desenvolvimento do mesmo, ignorando tudo isso. E agora candidata-se para mais um mandato. Permitir coisas dessa natureza é brincar com o sentimento e o bom senso dos municípios. Isso é gravíssimo.

Uma pessoa com respeito, responsabilidade, melhor e mais visão do mundo globalizado, teria já conseguido iluminação eléctrica para todos os cantos e recantos do concelho ou pelo menos imitaria os outros presidentes vizinhos e não só, que conseguiram levar iluminação eléctrica a todos os cantos dos seus municípios. Como ele não se preocupa com isso, pelo menos devia ter o bom senso de prestar algo de bom para esses municípios tentando aguardá-los deslocando com motores e outras coisas necessárias que a câmara dispõe para essas localidades abandonadas, e fazendo animações quinzenalmente ou mensalmente com divertimentos e outros tipos de diversões minimizando a situação constrangedora dessas localidades.

Digo constrangedora por que essas localidades estão vivendo nada mais, nada menos de que momentos constrangedores e perigosos. É que para além da escuridão profunda, a segurança pública também é preocupante: acontecem roubos e assaltos às 20h, 21h horas em casas, noite sim noite não e ninguém de direito toma qualquer providência. Com a equipa que a Câmara municipal de S.Miguel tem, nem em 2020 as coisas mudarão. Diz-se “mudam-se as pessoas e as coisas permanecem as mesmas”, mas triste é a sina de S.Miguel onde as pessoas não mudam e pior de tudo as coisas nem estão em condições de permanecerem as mesmas com o rumo que estão seguindo.

O pessoal da câmara pensa somente nos seus interesses pessoais, nas viagens, férias, compras e no umbigo deles nem sequer investem para adquirir mais e melhores conhecimentos, vivem disso como se de propriedades deles se tratasse sem o mínimo de vergonha. Tive a pouca sorte de conversar pessoalmente com o

presidente da Câmara de S.Miguel no final de 2007, e uma das perguntas que lhes fiz foi: Quais os projetos e planos para o desenvolvimento do concelho, já que se passaram 3 anos de mandato e nada ainda está feito? Imaginem a resposta que o excelentíssimo senhor presidente me deu. “Ampliação de uma placa desportiva”, se assim pode ser chamado a coisa que se encontra abandonada há mais de 10 anos, na zona de Espinho Branco. Podem muito bem, na época de inauguração, dar essa coisa abandonada o nome de “estádio de Maracanã” situado no Rio de Janeiro-Brasil, que para quem não sabe é o maior estádio já construído. Para levar tantos anos assim de construção deve também valer a pena o monumento feito, porque falar de uma placa e dizer que já tem quase 10 anos de construção é brincadeira de mau gosto mesmo.

Um presidente com ambição de manter o poder, que não tem a mínima preocupação ou capacidade para definir projectos para seu concelho, deve renunciar antes que o pior aconteça. É um presidente que viaja muito principalmente para a Europa e regressa na maioria das vezes de mãos vazias. Como pode isso? Nada de acordo, germinação ou cooperação. Quantas vezes alguém presenciou ou viu na televisão de Cabo Verde ou por outros meios, junto de outros presidentes e comitivas estrangeiras? Para além da desinformação o processo de accountability na Câmara não está funcionando, o que há muito me aflige. Que se passa com a equipe e os municípios também? Ideias já deram provas que não têm e junto dos municípios a desinformação é tanta que nem dão conta que cada vez mais o prejuízo alastra.

Um das desinformações é de que estão sendo penalizados pelo Governo por serem da

oposição. Brincadeira de mau gosto. Peço que pelo menos sejam sinceros e colaborem, já que não lhes resta nada. Boa Vista, Sal, S.Vicente são da oposição e S. Antão também, mas nem se lembram disso muito menos para usarem isso como desculpas de má gestão da coisa pública, por isso estão em pleno desenvolvimento e competitividade. Porque conseguem fazer isso? Recebem alguma extra que ninguém sabe? Onde arranjam esse trunfo que faz acelerar o desenvolvimento dos seus concelhos? Porque São Miguel não procura seguir esse caminho? Estão sempre recebendo visitas de delegações estrangeiras, colocam primeiras pedras, inauguram praças, estradas, jardins, assinam acordos, enquanto que em S.Miguel só se vê o presidente e a equipe companheira nos seus carrões desfilando.

Deixo a minha dica à comitiva de S.Miguel e em especial ao presidente, que de vez em quando batemos uns papos: que levem suas mãos à consciência e pensem um pouco ou tentem o que são capazes de fazer para tirar o concelho dessa situação catastrófica em que os mesmos o colocaram. Toda a população de S.Miguel roga por água, saneamento básico, energia eléctrica, segurança pública, áreas de lazer, espaços verdes, pavimentações das ruas, mais cuidados com autocarros que estão transportando inocentes alunos, distribuição de mais contentores e mais cuidado com os lixos.

Todos prezam por mais e melhores condições de vida porque foram eleitos pra isso. Se ele já tinha feito tudo isso e cumprido todos os deveres de casa certamente os municípios se orgulhariam dele. Como nada disso saiu, quem vai sair será a equipe completa. ALUTA CONTINUA.

Clara Furtado

Sexta-feira, 22 de Fevereiro de 2008

asemana

Ilha do Fogo

Regressado de Angola, em Janeiro de 1962, apresentei-me na Repartição de Finanças do Concelho de S. Vicente, desejoso de lá ficar a trabalhar, desejo que não se concretizou, contrariando a opinião do saudoso secretário, Senhor Joaquim Silva, abalizado funcionário, de quem não me esqueço. Dias depois aquela Repartição recebeu um telegrama da sede dos serviços, ordenando a minha apresentação na Praia, capital de Cabo Verde.

Obedecendo, segui de avião e apresentei-me perante o chefe dos serviços, que pôs à minha escolha, duas repartições para ir secretariar – o concelho do Tarrafal e o do Fogo.

Escolhi o Fogo, por 2 motivos: 1º porque estava lá, havia muitos anos, o meu saudoso cunhado Augusto Melo, que me poderia auxiliar em algo de material, o que sucedeu. O 2º porque era uma ilha que não conhecia, tendo aparecido a oportunidade de a conhecer. Realmente, fui optimamente recebido pelo meu cunhado e esposa, em Monte Barro, onde estive uns dias com minha família, à espera de vagar a casa onde residia o então secretário, meu colega e amigo, Senhor Cristiano Pires Ferreira.

Depois de receber a Repartição, deparou-se-me uma dificuldade. Habitado, desde criança, a falar português, tive a necessidade de utilizar um fiscal de impostos como intérprete, quando alguém desejasse falar comigo, pois toda a gente de lá gostava de se exprimir só em crioulo. O crioulo do Fogo era para mim bastante difícil de compreender.

Disse acima que falo português desde criança, porque meu pai, professor seminarista, não gostava que falássemos crioulo, com o argumento de que, mais tarde, quando nos víssemos obrigados a escrever ou falar em português, teríamos a tendência de meter o crioulo. Assim se explica a razão por que tenho facilidade em escrever em língua portuguesa, tanto mais que, depois de aposentado, para aproveitar o tempo, dedico-me a escrever para jornais.

Ora, gostei imenso de viver no Fogo, onde terminei a comissão de serviço e iniciei outra, porquanto só em Dezembro de 1965 fui transferido para a sede dos serviços – Praia.

Convivi muito bem, com toda a classe social de São Filipe e interior do concelho. Lembro-me de famílias distintas. Como Henriques, Sacramento Monteiro, Barbosa, Barbosa Vicente, Gomes de Pina, Azevedo, Mira Godinho e Barros, não esquecendo o pai dos excelentes médicos Pedro e Afrânio do Rosário, com quem conversei muitas vezes, tendo notado tratar-se dum homem fino, na sua maneira de falar.

Não me posso esquecer do escritor magnífico e médico, Henrique Teixeira e Sousa, natural daquela terra, o qual foi meu amigo e me distinguiu, aquando da justa homenagem que a Câmara Municipal de S. Vicente lhe proporcionou.

Duma forma geral, as pessoas do Fogo são inteligentes e tratáveis, mas segundo observei, aquela gente é pouco humilde, verificando-se

essa falta de humildade nas pessoas de inferior categoria social. Nos primeiros meses da minha estada no Fogo, a casa onde residia não tinha um quarto de banho em condições e, por isso, estava sujeita ao inadequado regime de latas de despejo. Quem tratava daquele serviço era uma mulher conhecida por *nha miúda Tchican*.

Um belo dia, a minha inesquecida mulher pediu-lhe que despejasse um bacio e a resposta foi, em crioulo, está claro: *Sou pobre mas não despejo bacio de ninguém*.

Gravei esta frase que, volvidos 44 anos, nunca me saiu da cabeça. Foi mais uma razão para concluir sobre a existência de menos humildade nas pessoas de inferior classe social.

A cidade, ao tempo, tinha fracas características, a ponto de se chamar vila, como tinha sido outrora.

O interior, sim, é muito aprazível. Hoje, não sei como está a cidade, mas julgo que, depois da independência terá tido outras estruturas, mirando o seu desenvolvimento, passando a merecer São Filipe a verdadeira categoria duma cidade. Não me resta a menor dúvida disso, face ao empenho dos governantes cabo-verdianos. Relativamente às mulheres, escreveu, no antigo Boletim de Propaganda e Informação, o Governador Carlos Gustavo Alves Roçadas, a seguinte frase: *Ilha do Fogo, só fogo, mulheres com fogo nos olhos, fogo no coração*. Filho tal opinião.

Firmino Pinto

Carta do Leitor